



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”  
Câmpus de Ilha Solteira

**FABRICIA MARA TONON**

**A HISTÓRIA DO CURSO DE LICENCIATURA EM  
MATEMÁTICA DA UNESP – CÂMPUS DE ILHA SOLTEIRA**

Ilha Solteira  
2020

**FABRICIA MARA TONON**

**A HISTÓRIA DO CURSO DE LICENCIATURA EM  
MATEMÁTICA DA UNESP – CÂMPUS DE ILHA SOLTEIRA**

Dissertação apresentada à Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira – UNESP como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ensino e Processos Formativos, da Faculdade de Engenharia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Câmpus de Ilha Solteira.

Prof. Dr. Inocêncio Fernandes Balieiro Filho  
Orientador

FICHA CATALOGRÁFICA

Desenvolvido pelo Serviço Técnico de Biblioteca e Documentação

T616h Tonon, Fabricia Mara.  
A história do curso de licenciatura em matemática da Unesp – Câmpus de Ilha Solteira / Fabricia Mara Tonon. -- Ilha Solteira: [s.n.], 2020  
95 f. : il.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira. Área de conhecimento: Ensino e Processos Formativos, 2020

Orientador: Inocêncio Fernandes Balieiro Filho  
Inclui bibliografia

1. História da Matemática. 2. Licenciatura. 3. Unesp – Câmpus de Ilha Solteira.

  
Raiane da Silva Santos



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"  
Câmpus de Ilha Solteira

## CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

**Título: A HISTÓRIA DO CURSO DE LICENCIATURA EM MATEMÁTICA DA UNESP – CÂMPUS DE ILHA SOLTEIRA.**

**Autora: FABRICIA MARA TONON**

**Orientador: INOCÊNCIO FERNANDES BALIEIRO FILHO**

Aprovada como parte das exigências para a obtenção do Título de Mestres em ENSINO E PROCESSOS FORMATIVOS, pela Comissão Examinadora:

Prof. Dr. Inocêncio Fernandes Balieiro Filho  
UNESP – Câmpus de Ilha Solteira  
Orientador

Prof. Dr. Duelci Aparecido de Freitas Vaz  
PUC – Goiás

Prof. Dr. Ernandes Rocha de Oliveira  
UNESP – Câmpus de Ilha Solteira

Ilha Solteira  
02 de março de 2020

*Aos meus pais, Valcilei e Rosana,  
que pouco sentaram-se em bancos escolares,  
mas sempre me presentearam com livros.*

## AGRADECIMENTOS

Essa dissertação não seria possível sem a contribuição e participação de algumas pessoas. Por isso, agradeço:

Aos educadores presentes desde o princípio de minha vida escolar, em especial a três deles, a Daniela, professora e amiga que, de alguma forma, transferiu um pouco de seu amor pela docência à mim, ao José Renato e suas aulas regadas de Cartola e Fernando Pessoa que me influenciaram a grandes leituras e, ao professor Inocêncio, meu orientador durante toda a graduação e pós-graduação em Ensinos e Processos Formativos, pessoa íntegra e sempre um exemplo de sensatez e humanidade, a realização deste trabalho não seria possível sem sua orientação.

A minha irmã, Milena, a melhor ponte para o meu passado e quem possivelmente sempre estará presente em meu futuro – nossos choques de ideologia só me fazem crescer diariamente.

Aos meus amigos de Ilha Solteira que caminharam juntos comigo durante a graduação e repartiram alegrias e angústias, em especial, a República Degradê e meu querido Matheus, que até mesmo em sua triste e precoce partida me fez um ser humano melhor e mais forte.

Aos meus amigos de Fernandópolis, que há anos compartilham dos meus sonhos e torcem para a realização desses sonhos e, apesar da distância geográfica, sempre me ajudam com um diálogo leve e prazeroso, em especial, minhas amigas Eloísa, Luana e Natália.

*“Aquele que pretende fazer a história deve,  
primeiro, estudar a história”  
(Emil Ludwig)*

## RESUMO

O presente trabalho tem como enfoque a história do curso de Licenciatura em Matemática da UNESP (Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho) – Câmpus de Ilha Solteira, por meio de uma abordagem historiográfica, perpassando pela criação da UNESP, o surgimento do Departamento de Matemática e, por fim, a criação do curso de Licenciatura em Matemática do Câmpus. A motivação para a elaboração desta pesquisa foi estabelecer um registro histórico da criação e evolução do Curso, buscando compreender o desenvolvimento do Currículo e dos objetivos do Curso, por meio dos conhecimentos trabalhados e das competências desenvolvidas, diante das mudanças das concepções e legislações sobre a Formação de Professores de Matemática no Brasil. Com isso, espera-se que as discussões apresentadas possam contribuir para uma reflexão sobre a influência do contexto histórico-social-político-cultural nos currículos dos Cursos de Formação Inicial do professor de Matemática. Para o desenvolvimento da ordem cronológica do Ensino Superior no Brasil tomamos como referência para fundamentação teórica do trabalho as concepções apresentadas por autores como Aranha (2002), Ribeiro (2003), Romanelli (1978), Saviani (1973, 1988, 2012), dentre outros. O método de coleta de dados é de cunho documental, envolvendo documentos que atravessam a criação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP e do Departamento de Matemática até a criação do curso de Licenciatura em Matemática no Câmpus de Ilha Solteira, o Projeto Político Pedagógico e as matrizes curriculares desse curso. Além disso, foi elaborado um questionário destinado às diferentes gerações de professores que estiveram envolvidas no processo que influenciou a criação do curso pesquisado. Para organizar e interpretar os dados obtidos foi utilizada a análise documental.

**Palavras-chave:** História da Matemática. Licenciatura. UNESP – Câmpus de Ilha Solteira.

## ABSTRACT

The present work has focused on the history of the course degree in Mathematics of UNESP (Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho) - Campus of Ilha Solteira, by means of a historiographical approach, covering the creation of UNESP, the emergence of the Department of Mathematics and, finally, the creation of the course degree in mathematics from campus. The motivation for the elaboration of this research was to establish a historical record of the creation and evolution of the Course, seeking to understand the development of the curriculum and course objectives, by means of knowledge and skills developed, in the face of changing conceptions and laws on the Training of Teachers of Mathematics in Brazil. As a consequence, it is expected that the discussions presented may contribute to a reflection on the influence of the historical context-social-political-cultural in the curricula of initial training courses of the mathematics teacher. For the development of the chronological order of Higher Education in Brazil we take as reference for theoretical work of the conceptions presented by authors such as spider (2002), Ribeiro (2003), Romanelli (1978), Saviani (1973, 1988, 2012), among others. The method of data collection is of documentary stamp, involving documents that pass through the creation of Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP, and the Department of Mathematics until the creation of the course degree in Mathematics at the Campus of Ilha Solteira, the Political Pedagogical Project and the curriculum matrices of this course. In addition, a questionnaire was elaborated for the different generations of teachers who were involved in the process, which influenced the creation of the course researched. To organize and interpret the data obtained was used the documentary analysis.

**Keywords:** History of Mathematics. Graduation. UNESP - Câmpus de Ilha Solteira.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Integração dos Institutos Isolados de Ensino Superior do Estado de São Paulo na Universidade Estadual Paulista em 1976. ....	36
---	----

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Corpo Docente do Departamento de Ciências em 1983 .....	38
Tabela 2 - Distribuição da carga horária em 2001.....	46
Tabela 3 – Estrutura Curricular do Curso de Licenciatura Plena em Matemática em 2001. ....	47
Tabela 4 – Professores responsáveis pelas disciplinas.....	49
Tabela 5 – Estrutura Curricular do Curso de Licenciatura em Matemática para os ingressantes de 2007. ....	51
Tabela 6 – Atividades e disciplinas do grupo 1.....	60
Tabela 7 – Atividades e disciplinas do grupo 2.....	61
Tabela 8 – Atividades e disciplinas do grupo 3.....	61
Tabela 9 – Atividades e disciplinas do grupo 4.....	62
Tabela 10 – Atividades e disciplinas do grupo 5.....	63
Tabela 11 – Atividades e disciplinas do grupo 6.....	64
Tabela 12 – Estrutura Curricular para os ingressantes de 2015.....	65
Tabela 13 – Disciplinas Optativas Didático-Pedagógicas.....	67
Tabela 14– Disciplinas Optativas Específicas .....	68

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	13
Percurso Metodológicos .....	14
<b>1 BREVE HISTÓRIA DA LICENCIATURA PLENA NO BRASIL</b>	
<b>2 A CRIAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM MATEMÁTICA DA UNESP – CÂMPUS DE ILHA SOLTEIRA .....</b>	<b>32</b>
2.1 A criação dos institutos que vieram a integrar a UNESP .....	32
2.2 Uma Breve História da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP .....	35
2.3 História da criação da Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira .....	37
2.4 O Curso de Licenciatura Plena em Matemática da UNESP – Câmpus de Ilha Solteira .....	40
<b>3 PROJETOS POLÍTICOS PEDAGÓGICOS E ESTRUTURAS CURRICULARES DO CURSO DE LICENCIATURA EM MATEMÁTICA DA UNESP - CÂMPUS DE ILHA SOLTEIRA .....</b>	<b>45</b>
3.1 Projeto Político Pedagógico de acordo com a Proposta de Criação do Curso....	45
3.2 Reestruturação Curricular entre 2004 e 2007 .....	51
3.3 Projeto Político Pedagógico de 2008 .....	54
3.4 Projeto Político Pedagógico 2014.....	56
4.1 Primeira geração de professores .....	69
4.2 Segunda geração de professores.....	70
4.3 Terceira geração de professores.....	76
4.4 Uma visão geral dos questionários .....	80
<b>5 CONSIDERAÇÕES .....</b>	<b>82</b>
5.1 Algumas interpretações e análises .....	82
5.2 Em síntese.....	84
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>88</b>
<b>ANEXO A – MODELO DO QUESTIONÁRIO .....</b>	<b>91</b>

## INTRODUÇÃO

Ingressei no curso de Licenciatura em Matemática na UNESP – Câmpus de Ilha Solteira, no ano de 2014 e, em pouco tempo, tornei-me bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – Pibid, o que despertou meu interesse pela área da Educação Matemática. A paixão pela História carregou desde o Ensino Fundamental, quase sempre paralela a Matemática. A interseção entre essas áreas acontece firmemente em 2017, ano em que cursei a disciplina História da Matemática, curiosamente ministrada pelo professor Dr. Inocêncio Fernandes Balieiro Filho que, atualmente, me orienta nesta pesquisa e na época era o meu orientador no Pibid.

Especialmente ao fim dessas aulas de História da Matemática, que aconteciam no Laboratório de Ensino de Matemática (LEM), eu e o Inocêncio caminhávamos até a proximidade de seu carro conversando sobre Pós-Graduação, meus interesses e a possibilidade de continuarmos trabalhando juntos. Acredito que o professor sabia sobre meu interesse pela História da Matemática e, provavelmente, da minha admiração pelo seu trabalho nesta área.

Em 2018, alguns meses após a conclusão da Graduação em Licenciatura em Matemática, ingressei no Programa de Pós-Graduação em Ensino e Processos Formativos. Até então, meu pré-projeto era sobre o conceito de número, uma abordagem sobre como matemáticos importantes tentavam definir os números em diferentes épocas. Nota-se que não é isso que o título da minha dissertação sugere.

Muita coisa havia mudado. No primeiro semestre de 2018 voltei a residir na cidade de Fernandópolis, que fica aproximadamente 130 km de Ilha Solteira e, por conta de trabalhar em uma escola nessa cidade, viajava duas vezes por semana para Ilha Solteira para assistir as aulas das disciplinas do Programa de Pós-Graduação. Algo continuava como antes: a disciplina não era História da Matemática, mas sim Tendências em Educação Matemática, mas quem a ministrava, novamente, era o professor Inocêncio e continuávamos a caminhar juntos ao fim das aulas conversando, agora, na maioria das vezes sobre a minha dissertação.

Em uma dessas conversas informais, passando pelos corredores do Câmpus central da UNESP de Ilha Solteira, coincidentemente ao lado da parede em que fica

evidente um pouco da história daquele lugar por conter os retratos de todos os ex-diretores e vice-diretores daquela unidade universitária, começamos a conversar sobre os caminhos traçados até a criação do curso de Licenciatura em Matemática em que me graduei. Meu trabalho sobre números ainda não havia começado, quando perguntei no decorrer da conversa: é possível trocar de tema de pesquisa? Considero que a resposta positiva foi o pontapé inicial para o desenvolvimento deste trabalho.

Assim, meu tema de pesquisa começou a ser delineado e as questões foram só aumentando:

- Como foi a criação da UNESP?
- Como surgiu a UNESP em Ilha Solteira?
- Como se deu a criação do Departamento de Matemática da UNESP de Ilha Solteira?
- Quem eram os professores envolvidos com a criação do curso de Licenciatura em Matemática?
- Como foi criado o curso de Licenciatura em Matemática da unidade?
- Quais foram as mudanças nos Projetos Políticos Pedagógicos deste curso?

Desse modo, o objetivo da pesquisa aqui apresentada foi retratar história do curso de Licenciatura em Matemática da UNESP (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”) – Câmpus de Ilha Solteira, por meio de uma abordagem historiográfica, perpassando pela criação da UNESP, o surgimento do Departamento de Matemática e, por fim, a criação do curso de Licenciatura em Matemática do Câmpus de Ilha Solteira. A motivação para a elaboração desta pesquisa foi estabelecer um registro histórico da criação e evolução do curso de Licenciatura em Matemática, buscando compreender o desenvolvimento do Currículo e dos objetivos desse curso, por meio dos conhecimentos trabalhados e das competências desenvolvidas, diante das mudanças das concepções e legislações sobre a Formação de Professores de Matemática no Brasil.

### **Percursos Metodológicos**

Diante do objetivo exposto e para responder às questões propostas, eu precisaria ter acesso aos documentos institucionais relacionados à criação do curso

de Licenciatura em Matemática e aos documentos dos professores que perpassaram por todo esse processo de institucionalização. Para isso, no dia 03 de agosto de 2018, o professor e meu orientador Inocêncio Fernandes Balieiro me apresentou a duas pessoas: Leonice Batista dos Santos Assunção, supervisora da Seção Técnica de Desenvolvimento e Administração de Recursos Humanos, que me concedeu acesso aos registros de empregados e Getúlio Mendes dos Santos, diretor da Divisão Técnica Acadêmica, que me concedeu acesso aos documentos das propostas de implementação dos departamentos e propostas de criação dos cursos. Uma semana depois, no dia 06 de agosto, dei início a minha coleta de dados, que estendeu-se até novembro de 2018.

O contato com os registros dos empregados me deu acesso a vários nomes de professores que pertenceram ao Departamento de Ciências e/ou de Matemática da UNESP de Ilha Solteira. Com esses dados em mãos, foi elaborado um questionário e enviado para a maioria dos professores (infelizmente, alguns já faleceram e, com outros, não conseguimos entrar em contato) para entendermos a história do curso de Licenciatura em que fui aluna, buscando informações que fossem além do que está registrado nos documentos consultados ou que completassem as informações que foram obtidas por meio desses documentos.

Seguindo o processo de pesquisa documental descrito por Pimentel (2001), os documentos consultados foram fotografados e arquivados em pastas. Para cada documento era elaborado um fichamento com as principais informações e transcrições de trechos que eram considerados significativos, considerando-se as questões da pesquisa. Conforme os professores respondiam ao questionário, também era feita uma leitura com anotações sobre elementos que complementavam os dados obtidos pelos documentos que haviam sido consultados ou que traziam novas informações.

Para a apresentação dos dados obtidos por meio de um relato histórico foi necessário, várias vezes, voltarmos aos documentos para confirmar informações. Esse movimento, numa perspectiva da análise documental, foi importante para a análise dos dados obtidos, como intuito de fornecer uma interpretação coerente dos resultados da pesquisa.

Cabe enfatizar que, conforme Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009):

o conceito de documento ultrapassa a idéia de textos escritos e/ou

impressos. O documento como fonte de pesquisa pode ser escrito e não escrito, tais como filmes, vídeos, slides, fotografias ou pôsteres. Esses documentos são utilizados como fontes de informações, indicações e esclarecimentos que trazem seu conteúdo para elucidar determinadas questões e servem de prova para outras, de acordo com o interesse do pesquisador (SÁ-SILVA, ALMEIDA E GUINDANI, 2009, p. 5).

Assim, as respostas dadas aos questionários também são consideradas como documentos, uma vez que o objetivo foi esclarecer e complementar as informações obtidas.

Agradecemos a colaboração dos professores que fizeram e ainda fazem parte da história do Curso em Licenciatura da Matemática da UNESP – Câmpus de Ilha Solteira para a elaboração desta pesquisa, a Leonice Batista dos Santos Assunção, supervisora da Seção Técnica de Desenvolvimento e Administração de Recursos Humanos, que concedeu acesso aos registros de empregados e ao Getúlio Mendes dos Santos, diretor da Divisão Técnica Acadêmica, que concedeu acesso aos documentos das propostas de implementação dos departamentos e propostas de criação dos cursos.

Para apresentar os resultados da pesquisa realizada, dividimos a dissertação nos capítulos descritos abaixo.

No **Capítulo I** apresentamos uma revisão sobre a história da licenciatura plena no Brasil. Aprofundamos nossos estudos sobre esse assunto, buscando construir uma base teórica bem estruturada que pudesse fundamentar a justificativa para a criação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. O capítulo é constituído valendo-se das concepções relatadas por Romanelli (1978), Aranha (2002) e Ribeiro (2003), com um breve relato a respeito da caminhada da educação no país, até a criação da UNESP.

No **Capítulo II** apresentamos a história das escolas de Ensino Superior público que vieram a integrar a UNESP, os chamados Institutos Isolados de Ensino Superior do Estado de São Paulo, a história da criação da unidade da UNESP de Ilha Solteira, do Departamento de Ciências e seu desmembramento, que gerou o Departamento de Matemática – que teve influência direta na criação do curso de Licenciatura em Matemática da UNESP de Ilha Solteira – e, por fim, a história da criação desse curso de licenciatura.

No capítulo posterior, **Capítulo III**, apresentamos as mudanças nos Projetos Políticos Pedagógicos que acompanham a legislação Brasileira e as mudanças na

estrutura curricular do curso, nos últimos 16 anos

No **Capítulo IV** apresentamos a análise dos questionários respondidos pelos professores que fizeram parte da história deste curso de Licenciatura em Matemática, de forma direta ou indireta, divididos em três gerações de acordo com o ano de seu ingresso na Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho”.

No último capítulo apresentamos algumas discussões sobre os resultados da pesquisa realizada.

## 1 BREVE HISTÓRIA DA LICENCIATURA PLENA NO BRASIL

Ao tratarmos da história dos cursos de licenciatura do Brasil é necessário considerarmos a relação estabelecida entre a organização escolar e a sociedade brasileira, em virtude de todo o processo político que envolve a criação de tais cursos. Além disso, a forma como uma cultura surge e evolui define bem o desenvolvimento do processo educativo de um país.

Os primeiros sinais de um movimento voltado para a escolarização surge na colonização do Brasil com a nova política ditada pelo Rei de Portugal, D. João III (1502 – 1557), referente à conversão dos indígenas ao catolicismo pela catequese e pela instrução. Para esta conversão chegam ao Brasil, em 1549, Leonardo Nunes, João de Azpilcueta Navarro, Vicente Rodrigues, Antonio Pires e os irmãos jesuítas Vicente Rodrigues e Diogo Jácome e o militar e primeiro governador-geral português Tomé de Souza (1503 – 1579), todos chefiados pelo sacerdote Manoel da Nóbrega (1517 – 1570). Segundo Aranha (2002), apenas 15 dias após a chegada, os missionários já fazem funcionar, na recém fundada cidade de São Salvador da Bahia de Todos os Santos, atualmente Salvador, uma escola de “ler e escrever”.

O primeiro plano educacional do Brasil-Colônia, elaborado pelo padre Manoel de Nóbrega, possuía a intenção de catequizar e instruir os indígenas, mas também percebe-se uma indispensabilidade da inclusão dos filhos dos colonos no quadro da escolarização, uma vez que os jesuítas eram os únicos educadores de profissão presentes. Em conformidade com Aranha (2002), com os filhos dos colonos, a educação tornou-se mais ampla, ainda que exclusivamente para eles, indo além da escola de ler e escrever.

Segundo Ribeiro (2003), este plano encontrou sérias resistências a partir de 1556, ano em que começaram a vigorar as “Constituições da Companhia de Jesus”. Assim, em 1599, foi publicado o plano de estudos da Companhia de Jesus, que concentra a sua programação nos elementos da cultura europeia. A Companhia de Jesus torna-se a ordem dominante no campo educacional, porém, enfatizando uma formação intelectual, segundo um modelo católico, exclusivamente para a elite.

Em meio a esse cenário, no século XVII, os graus acadêmicos obtidos em colégios regidos pela Companhia de Jesus eram critérios para a classificação social. Além disso, de acordo com Aranha (2002), o ensino oferecido pelos padres católicos

promoveu a uniformização do pensamento brasileiro em toda sua extensão, impondo a religiosidade cristã acima de influências dos judeus, dos índios e dos negros. A Companhia de Jesus foi o “cimento” da nossa educação.

Ainda, segundo Ribeiro (2003), os jesuítas:

planejaram, e foram bastante eficientes em sua execução, converter, por assim dizer, seus alunos ao catolicismo, afastando-os das influências consideradas nocivas. É por isso que **dedicavam especial atenção ao preparo dos professores** – que somente se tornam aptos após os trinta anos, selecionavam cuidadosamente os livros e exerciam rigoroso controle sobre as questões a serem suscitadas pelos professores, especialmente em filosofia e teologia.” (RIBEIRO, 2003, p. 27)

Aranha cita que o “monopólio jesuítico na educação mantém uma escola conservadora, alheia à revolução intelectual representada pelo racionalismo cartesiano e pelo renascimento científico” (ARANHA, 2002, p. 115)

Do século XVI ao século XIX, a Inglaterra liderava o processo de passagem da etapa mercantil para a industrial do capitalismo, ao mesmo tempo em que Portugal encontrava-se em decadência. Diante da situação de declínio português, manifestam-se, em meados do século XVIII, as tentativas de transformação que incluem o âmbito escolar metropolitano (Portugal) e colonial (Brasil), ou seja, as chamadas “Reformas Pombalinas”.

Sebastião José de Carvalho e Melo (1699 – 1782), conhecido como o Marquês de Pombal, na posição de secretário de Estado do Reino, tenta recuperar a economia portuguesa por meio da centralização do poder real e da modernização da cultura lusitana mediante várias reformas administrativas, econômicas e sociais. Para isso, faz-se necessário um maior proveito da colônia e uma ruptura parcial com a tradição. Mesmo não sendo uma ruptura total, a Companhia de Jesus é atingida e chega a ser expulsa do Brasil colônia no ano de 1759. Com a expulsão, desmoronou-se toda uma estrutura administrativa de ensino, ao ponto de professores leigos começarem a ser introduzidos nessa estrutura.

Daí por diante, adota-se no ensino secundário uma organização em aulas régias, ou seja, aulas avulsas, que carregam consigo uma dificuldade: a continuidade do exercício profissional de parte dos professores que possuíam uma formação jesuíta, já que esses não possuíam formação específica. Além disso, aqueles que tinham interesse e condições de cursar o ensino superior deveriam frequentar a Universidade de Coimbra ou outros centros na Europa. Segundo Aranha (2002), o Brasil, mesmo que indiretamente, se beneficia disso, uma vez que

muitos jovens vão para esses centros europeus complementar seus estudos e ao terem contato com a ideias de John Locke (1632 – 1704), Jean-Jacques Rousseau (1712 – 1778) e François-Marie Arouet (1694 – 1778), conhecido como Voltaire, começam tencionar a independência da colônia.

Politicamente, o intuito das “Reformas Pombalinas” era transformar Portugal numa metrópole capitalista.

No ano de 1807, Portugal é invadido pelas tropas francesas, o que obriga a família real e a corte a virem para o Brasil. Diante dessa nova realidade são necessárias instalações que contemplem o campo intelectual, entre elas a da Imprensa Real em 1808, da Biblioteca Real em 1810, do Jardim Botânico do Rio também em 1810, do Museu Nacional em 1818. Em 1808, há a circulação do primeiro jornal – *A Gazeta do Rio de Janeiro* – e, em 1812, da primeira revista – *As variações ou Ensaio de Literatura*.

No que se refere ao campo educacional, com a presença do príncipe Regente D. João VI, por 12 anos no país, são tomadas as primeiras medidas no sentido de criar escolas de nível superior para o atendimento das necessidades vividas no momento. Tais necessidades são “formar oficiais do exército e da marinha (para a defesa da Colônia), engenheiros militares, médicos, e abrir curso especiais de caráter pragmático.” (ARANHA, 2002, P.153)

Em 1808 é criada a Academia Real dos Guardas-Marinhas e, em 1810, é criada a Academia Real Militar. Ainda, em 1808, são criados o curso de Cirurgia na Bahia e os cursos de Cirurgia e Anatomia no Rio de Janeiro. Também no Rio, em 1809, é criado o curso de Medicina. Assim, são esses os cursos que inauguram o nível superior de ensino no Brasil.

Com isso, a estrutura do ensino imperial passa a ser composta por três níveis ensino: primário, ensino secundário e ensino superior.

Mesmo com o ensino superior, os cursos, às vezes transformados em faculdades, permanecem como institutos isolados, sem que haja interesse na formação de universidade. De qualquer forma, as medidas reforçam o caráter elitista e aristocrático da educação brasileira, a que têm acesso os nobres, os proprietários de terra e uma camada intermediária, surgida da ampliação dos quadros administrativos e burocráticos. (ARANHA, 2002, p. 153)

Em 1822 o Brasil consegue uma autonomia política, fazendo-se necessária uma Constituição. Já proclamada a independência, em 3 de maio de 1823, D. Pedro

I chamou atenção para a elaboração de uma legislação que tratasse especificamente da instrução.

Segundo Saviani (1988), após abertos os trabalhos e eleita uma Comissão de Instrução Pública, são elaborados dois projetos relacionados à instrução pública: projeto do Tratado de Educação para a Mocidade Brasileira e projeto de Criação de Universidades.

O primeiro projeto foi apresentado pela Comissão à Assembleia em 16 de junho de 1823, gerando debates em seis sessões, sendo a última delas realizada em 11 de agosto do mesmo ano. Todavia, o projeto teve votação adiada para que fosse elaborada uma nova redação e caiu em esquecimento, não voltando para o plenário.

O segundo projeto, referente a criação das universidades, teve um caminho bem diferente. No projeto era proposto a criação de duas universidades, uma em São Paulo e outra em Olinda. Apresentado à Assembleia em 19 de agosto de 1823 e discutido em algumas sessões em que as principais discordâncias eram se deveriam ser criadas duas, três ou uma universidade e suas localizações, o segundo projeto foi aprovado em 4 de novembro. Todavia, em 12 de novembro de 1823, D. Pedro I dissolveu a Assembleia Constituinte e Legislativa, assim, não foi promulgado o único projeto sobre instrução pública aprovado pela Assembleia.

Considerando que os parlamentares eram, por via de regra, bacharéis e representantes dos senhores de terra, fica claro o tratamento distinto aos dois projetos, isto é, o desinteresse pelo projeto da instrução popular, que podia ser adiado sem data futura, e o interesse pela formação dos bacharéis, com a Assembléia mostrando-se interessada e bastante ágil na criação das universidades.

Ainda segundo Saviani (1988), quando reaberto o Parlamento em 1826, surgem manifestações sobre a necessidade de um plano geral de instrução, com a solicitação da criação de escolas em algumas províncias, cuja localização dependia, nesse momento, da origem dos deputados que as apresentavam. A Comissão de Instrução apresenta então dois projetos gerais. O primeiro, conhecido como “Projeto de Reforma Januário da Cunha Barbosa” e que nem, ao menos, entrou em discussão, propunha a criação de quatro graus de ensino: pedagogias, liceus, ginásios e academias. O segundo projeto, bem mais modesto que o primeiro, propunha a criação de escolas de primeiras letras. Foi apresentado à Câmara dos Deputados em 9 de junho de 1827, aprovado após discussões e encaminhado ao

Senado Federal, retornando a Câmara por conta das ementas apresentadas pelo Senado, aprovado em 18 de setembro e convertido em decreto imperial em 15 de outubro daquele ano.

Diretamente ligada ao ensino e conhecida como a lei de 15 de outubro de 1827, primeira lei geral relativa ao ensino até o ano de 1946, apresenta a distribuição racional por todo o território nacional, incluindo cidades, vilas mais populosas, das diferentes escolas dos três níveis de ensino, tendo sido nossa primeira lei nacional sobre instrução pública. Segundo Ribeiro (2003), do projeto, vigorou a ideia da distribuição racional em todo território nacional, entretanto, apenas em um grau (primeiro) e somente em primeiras letras. No entanto, mesmo com a limitação às “escolas de primeiras letras”, a implementação da lei enfrentou problemas referentes a falta de amparo profissional, especialmente para o magistério. Diante dessas dificuldades, são criadas as primeiras escolas normais, em Niterói em 1835, na Bahia em 1836, no Ceará em 1845 e em São Paulo em 1846, visando o aprimoramento da formação do pessoal docente. Nessas escolas normais, geralmente, eram oferecidos apenas dois anos de curso, de nível superior, atendendo a pouquíssimos alunos.

Em contra partida, Ribeiro (2003) aponta a década de 1850 como fértil no âmbito educacional em virtude de algumas realizações, como por exemplo, o estabelecimento das normas para o exercício da liberdade de ensino e de um sistema de preparação do professor primário no ano de 1854. Entretanto, essas realizações são restringidas ao município da Corte, ou seja, ao Rio de Janeiro.

Mesmo com a criação de cursos superiores, faltavam instituições que se dedicassem à pesquisa científica e aos estudos filosóficos metódicos, que passam a ter importância somente na década de 1870.

Em 19 de abril de 1879 é decretada a Reforma Carlos Lêncio da Silva Carvalho (1847 – 1912), que não chega ser aprovada pelo Legislativo, mas que, segundo Ribeiro (2003), acaba por difundir algumas práticas. Carlos Leôncio entendia que para impulsionar a educação eram necessárias algumas medidas, entre elas: a liberdade de ensino, o exercício do magistério e a liberdade de frequência. Destaca-se o exercício do magistério que visava que o Estado pagasse bons salários e oferecesse outras garantias aos professores.

Já no período posterior do Brasil Império, com a queda da monarquia, o país depara-se com o período republicano, iniciado em 15 de novembro de 1889, com a

proclamação da república, momento em que surgem algumas reformas que abrangem a educação, entre elas: o Decreto nº 981 – de 8 de novembro de 1890 que *Aprova o Regulamento da Instrução Primária e Secundária* efetuada por Benjamin Constant Botelho de Magalhães (1836 – 1891); o Decreto nº 3.890 – de 1 de Janeiro de 1901 de Epitácio Lindolfo da Silva Pessoa (1865 – 1942) que *Aprova o Código dos Institutos Oficiais de Ensino Superior e Secundário, dependentes do Ministério da Justiça e Negócios Interiores*; e o Decreto nº 8.659 – de 5 de abril de 1911 que *Aprova a lei Orgânica do Ensino Superior e do Fundamental na República* efetuado por Rivadávia da Cunha Correia (1866 – 1920).

Pela Constituição de 1891, a primeira republicana, é instaurado o governo representativo, federal e presidencial. Nesse momento, o federalismo concede autonomia aos estados, o que gera um crescimento desigual que favorece os estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. Ademais, a Constituição republicana de 1891 reafirma, também, a descentralização do ensino, atribuindo à União a incumbência do ensino superior e secundários e reservando aos estados a responsabilidade do ensino profissional e fundamental.

Esta Constituição, promulgada no dia 24 de fevereiro, fixa no seu capítulo IV a atribuição para “criar instituições de ensino superior e secundário nos Estados”.

No século XIX ainda não há propriamente o que poderia ser chamado de uma pedagogia brasileira. No entanto, alguns intelectuais, influenciados pelas ideias europeias, tentam imprimir novos rumos à educação, ora apresentando projetos de leis, ora criando escolas. (ARANHA, 2002, p. 151)

Em concordância com Romanelli (1978), verifica-se relativo ao ensino superior, que durante os anos de 1907 a 1912 a esfera estadual busca um maior aproveitamento de suas escolas, visto que há uma diminuição no número de escolas e de professores e, em contrapartida, há um aumento no número de matrículas e de concluintes de curso.

Já Ribeiro (2003) assinala que mesmo com o aumento dos ingressos em cursos superiores continuou a ser dada pouca atenção à formação do magistério. No Estado de São Paulo, a resposta para as reformas Antônio Caetano de Campos (1844 – 1891), Bernardino José de Campos Júnior (1841 – 1915) e de Cesário Nazianzeno de Azevedo Motta Magalhães Júnior (1847 – 1897) foi a criação de três escolas normais, entretanto, não foram organizados cursos para a formação de

professores e os critérios de seleção dos docentes de nível superior não eram eficientes.

Segundo Romanelli (1978), a educação e a cultura tomam, nessa época, um impulso em determinadas regiões do sudeste do Brasil, sobretudo em São Paulo, ao passo que outros estados seguiram sem transformações profundas.

Embora o Ensino Superior no Brasil tenha sido inaugurado em 1808 durante a permanência da família real portuguesa, de acordo com Romanelli (1978), a primeira organização de ensino em universidade, surge mais de um século depois, por determinação do Governo Federal. Em 1920 é criada a Universidade do Rio de Janeiro, pelo decreto 14.343, de 7 de setembro de 1920, durante o governo Epitácio Lindolfo da Silva Pessoa (1865 – 1942). A criação da Universidade do Rio, de fato, se deu pela incorporação de três escolas superiores: a Faculdade de Direito, a Faculdade de Medicina e a Escola Politécnica. Após 11 anos, seria instituído o Estatuto das Universidades Brasileiras, adotando-se no ensino superior do país o regime universitário.

No ano de 1924 é fundada a Associação Brasileira de Educação (ABE) que realizou diversas conferências nacionais que reuniam educadores e intelectuais que empreendiam debates e planos para recuperar o atraso da educação brasileira. Nesse contexto, educadores da denominada escola nova introduzem um pensamento liberal democrático, reivindicando a escola pública para todos, visando uma sociedade igualitária. Dentre os escolanovistas destacamos a contribuição do jurista, filósofo, educador e escritor Anísio Spínola Teixeira (1900 – 1971).

A situação começou a mudar na década de 1930, com o governo provisório (1930 – 1934) de Getúlio Dornelles Vargas (1882 – 1954), com as iniciativas que foram tomadas no âmbito da educação. A primeira iniciativa para a estruturação dos vários níveis da educação do país foi a criação do Ministério da Educação e da Saúde Pública que, segundo o Portal Oficial do Ministério da Educação, aconteceu em novembro de 1930 e teve como seu primeiro ministro o jurista Francisco Luís da Silva Campos (1891 – 1968), idealizador da chamada *Reforma Francisco Campos* que reúne vários decretos que formalizam a legislação educacional: Decreto n. 19.850, de 11 de abril de 1931, que criou o Conselho Nacional de Educação; Decreto n. 19.851, de 11 de abril de 1931, que delibera sobre a organização do ensino superior, instituindo o Estatuto das Universidades Brasileiras; Decreto n. 19.852, de 11 de abril de 1931, que delibera sobre a organização da Universidade

do Rio de Janeiro; Decreto n. 19.890, de 18 de abril de 1931, sobre a estruturação do ensino secundário; Decreto n. 20.158, de 30 de junho de 1931, sobre a organização do ensino comercial; Decreto n. 21.241, de 14 de abril de 1932, consolidando as disposições sobre a estruturação do ensino secundário.

A intensificação do capitalismo industrial no Brasil, que a Revolução de 1930 acabou por representar e, determinou conseqüentemente o aparecimento de novas exigências educacionais. Se antes, na estrutura oligárquica, as necessidades de instrução não eram sentidas, nem pela população, nem pelos poderes constituídos (pelo menos em termos de propósitos reais), a nova situação implantada na década de 1930 veio modificar profundamente o quadro das aspirações sociais, em matéria de educação, e, em função disso, a ação do próprio Estado. (ROMANELLI, 1978, P. 63)

Em meio a tantas mudanças, dois grupos se definiram: os que defendiam as reformas e movimentos reformadores e os que combatiam essa mudança (em sua maioria, os católicos). O grupo favorável à mudanças defendia que havia chegado o momento do Estado assumir o controle da educação, que deveria ser gratuita e obrigatória. Em contrapartida, a igreja, que era quase um monopólio da educação, se sentia ameaçada de perder esse poder.

A campanha em torno da escola pública foi uma campanha que, crescendo de intensidade na época, visava, antes de tudo, à concretização de um dos princípios máximos do movimento: o do direito de todos à educação. Entendiam os reformadores que esse direito só poderia ser garantido, na sociedade de classe que vivíamos, se o Estado assegurasse às camadas menos favorecidas o mínimo de educação compatível com o nível de desenvolvimento então alcançado. Daí a razão pela qual o ensino, sem se tornar monopólio do Estado deveria ser também público e gratuito. (ROMANELLI, 1978, P. 146)

Entre os dois grupos formados trava-se uma luta ideológica que ultrapassa o caráter político e envolve também aspectos econômicos. A escola pública e a gratuidade oferecia risco de esvaziamento das escolas privadas e, sobretudo, o risco de extensão da escolarização a todas as camadas sociais, ameaçando assim, privilégios assegurados somente a elite.

Em meio a discussões, no ano de 1932, é publicado o *Manifesto dos Pioneiros da Educação*, redigido pelo professor, educador, crítico, ensaísta e sociólogo Fernando Azevedo (1894 – 1974) e assinado por 26 renomados intelectuais. Esse manifesto, de grande importância na história da pedagogia brasileira, propunha que o Estado organizasse um plano geral de educação, defende

uma educação obrigatória, pública, laica e gratuita como dever do Estado, reivindicando uma escola básica única, sem a dualidade de se ter uma escola para os ricos e uma escolas para os pobres.

O objetivo do documento, conforme Romanelli é

imprimir uma direção mais firme ao movimento renovador e defini-lo mais objetivamente. Opondo-se ao empirismo das reformas parciais, o Manifesto surge como uma convicção abertamente definida da necessidade de se construir e aplicar um programa de reconstrução educacional de âmbito nacional. Nesse sentido, ele não se opõe, mas, ao contrário, parece apoiar as reformas que Francisco Campos estava implantando no país. (ROMANELLI, 1978, p. 148)

Nesse momento, o país contava com três níveis de ensino, entretanto, o ensino superior no país, limitava-se, em sua maioria, às Faculdades de Medicina e de Direito. Não existiam, até então, estudos superiores de Humanidades e Ciências.

Enfatizamos, novamente, que o marco para a formação de professores no Ensino Superior em nosso país consta no artigo 5º, inciso I, do Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931, regulamentado pela Lei Francisco Campos, que instituiu a exigência de criação da Faculdade de Ciências e Letras no Brasil. A Faculdade de Ciências e Letras, idealizada por Francisco Luís da Silva Campos (1891 – 1968), não foi concretizada e mesmo com os avanços na educação brasileira, a formação de professores não acontece de fato.

Os decretos de Francisco Campos inspiram uma nova orientação, prezando a autonomia didática e administrativa, interesse pela pesquisa, difusão da cultura, voltada para o benefício da comunidade.

A primeira universidade que segue essas ideias é a Universidade de São Paulo, criada em 1934, aproximando-se das ideias do então primeiro ministro da Educação e da Saúde Pública. A Universidade continha três seções: Faculdade de Filosofia (diferente do proposto, Educação), Faculdade de Ciências e Faculdade de Letras, que receberam o auxílio de 13 professores estrangeiros, sendo seis franceses, quatro italianos e três alemães.

Em 1935, ano seguinte, no estado do Rio de Janeiro é criada a Universidade do Distrito Federal (a capital federal do país era o Rio de Janeiro) e, em 1936, é reconhecida pelo governo federal a Faculdade de Filosofia São Bento em São Paulo.

A criação e reconhecimento dessas Faculdades e Universidades

impulsionam o campo de formação do magistério. Na recém fundada Faculdade de Filosofia de São Paulo os alunos que se formaram obtêm complementação pedagógica no Instituto de Educação. Assim, em 1937, temos os primeiros professores licenciados e diplomados para o ensino secundário no Brasil.

Na vigência do Estado Novo (1937 – 1945), nos termos da lei, são empreendidas outras reformas do ensino encabeçadas pelo ministro Gustavo Capanema Filho (1900 – 1985), regulamentadas por diversos decretos-leis que abrangeram todos os ramos do ensino primários e do ensino secundário, assinados de 1942 a 1946 e denominadas *Leis Orgânicas do Ensino*.

Algumas dessas regulamentações por decreto-leis são, em 1942 a Lei Orgânica do Ensino Industrial e a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), em 1943 a Lei Orgânica do Ensino Comercial e, em 1946, a Lei Orgânica do Ensino Primário, a Lei Orgânica do Ensino Normal e a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac).

Em relação à formação docente promulga-se a Lei Orgânica do Ensino Normal, que pelo Decreto-lei 8.530, de 2 de janeiro de 1946 oficializou finalidades do ensino normal, que segundo Romanelli (1978) são: Promover a formação do pessoal docente para as escolas primárias; Habilitar administradores escolares destinados também às escolas primárias; Desenvolver e propagar os conhecimentos e técnicas relativas à educação da infância.

Ao passo que as leis avançavam e previam um cenário otimista, os fatos caminhavam em sentido contrário. Conforme Aranha,

As inúmeras dificuldades para sua aplicação se devem, muitas vezes, à inadequação à nossa realidade. Basta ver que, apesar da expansão das escolas normais, continua alto o número de professores leigos, não formados, e tal índice aumenta de 1940 em diante. (ARANHA, 2002, p. 203)

É possível pontuar avanços significativos na política educacional mediante a criação de uma série de órgãos educacionais, como o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP, 1938), o Instituto Nacional do Cinema Educativo (1937), o Serviço Nacional de Radiodifusão Educativa (1939), o Conselho Nacional de Pesquisa (CNP, 1951), a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES, 1951) e o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais e Centros Regionais de Pesquisas Educacionais (1955).

Surge também, no âmbito educacional, um novo debate, que inspiraria o anteprojeto da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), anteprojeto esse apresentado pelo Ministro da Educação e Saúde Pública Clemente Mariani Bittencourt (1900 – 1981), no ano de 1948, sendo fruto do trabalho de educadores orientados pelo educador Manuel Bergström Lourenço Filho (1897 – 1970). O projeto passa por um longo (e tumultuado) percurso de 13 anos, até o ano de 1961, em que é promulgado. Cabe aqui ressaltar que, na época, o então Ministro Clemente era membro da União Democrática Nacional (UDN).

O projeto de lei de Diretrizes e Bases da Educação surge requerido pela exigência do art. 5º, XV, d, da Constituição Federal de 18 de setembro de 1946.

O anteprojeto da LDB foi encaminhado pelo presidente da República à Câmara Federal no dia 29 de outubro de 1948, curiosamente, na mesma data em que se comemorava o aniversário da queda de Vargas e do Estado Novo. Ressalto também que, segundo Saviani (1988), Clemente, ao dirigir-se ao então presidente Eurico Gaspar Dutra (1883 – 1974), do Partido Social Democrático (PSD), em sua Exposição de Motivos para a aprovação do anteprojeto, o cita como uma revolução que dava vida às tradições que foram arrancadas pela ditadura.

A discussão política que rodeava as questões e fazia referências a Getúlio Vargas desperta um insurgimento de Gustavo Capanema, também do PSD, contra o projeto das Diretrizes e Bases da Educação, tratando o projeto como produto e expressão política da posição antigetulista, sendo portanto, pobre de intenções pedagógicas.

No impasse entre Gustavo Capanema (PSD) e Clemente Mariani (UDN) aflora o aspecto político-partidário no posicionamento dos deputados diante do projeto.

Em síntese, o projeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional deu entrada no Congresso em 29 de outubro de 1948, tendo sido distribuído às comissões de Educação e Cultura (onde foi designado relator Eurico Salles) e de Finanças. Em 8 de dezembro foi remetido ao Senado para ser submetido à apreciação da Comissão Mista de Leis Complementares, onde foi indicado relator o deputado Gustavo Capanema. Em longo e erudito parecer emitido em 14 de julho de 1949, Capanema, após discorrer sobre o “sentido constitucional das diretrizes e bases da educação nacional”, sobre os “sistemas de ensino locais” e a “tendência centralizadora das federações”, o “caráter nacional da educação” e a “dispersão da ordem pedagógica”, conclui que o projeto deveria ser refundido ou emendado. À luz desse parecer diversas emendas foram apresentadas na Comissão Mista de Leis Complementares. (Saviani, 1988, p. 51)

Assim, perante o parecer de Capanema, o resultado foi o arquivamento do projeto, desarquivado apenas em 17 de julho de 1951 à pedido da Câmara. Desarquivado, o processo tramita por cerca de cinco anos na Comissão de Educação e Cultura e, somente no dia 29 de maio de 1957, o projeto volta a ser discutido, porém ele já não continha o mesmo texto do projeto inicial, apresentado em 1948. Desse modo, havia mudanças consideráveis em virtude das modificações previamente aprovadas pela Comissão de Educação.

Ainda de acordo com Saviani (1988), o deputado federal José Conceição Pereira Coelho de Souza (1898 – 1982) em seu discurso, proferido na sessão do dia 4 de junho de 1957, denunciou as contradições presentes no projeto e que a Comissão de Educação foi levada a elas, por conta dos obstáculos políticos surgidos com o boicote do líder da maioria: Gustavo Capanema. A discussão do projeto em plenário dura pouco, pois o deputado federal Abguar Bastos Damasceno (1902 – 1995) pede que o projeto retorne à Comissão de Educação e Cultura e seja refeito.

Em 1958 é encaminhada à Comissão de Educação e Cultura o substitutivo ao projeto de 1957, que ficou conhecido como “substitutivo Lacerda”, já que esse foi desenvolvido por Carlos Frederico Werneck de Lacerda (1914 – 1977).

O “substitutivo Lacerda” representava uma mudança brusca nos rumos da trajetória do projeto e, em concordância com Saviani (1988), seu conteúdo apresentava considerações do III Congresso Nacional dos Estabelecimentos Particulares de Ensino, ocorrido em janeiro de 1948.

Novamente, há indícios que o interesse de Carlos Lacerda no projeto de lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional ocorre por motivação partidária. Em sequência, Carlos Lacerda torna-se o principal porta-voz no Congresso dos interesses das escolas particulares, cujo poder era em suma, da Igreja Católica.

Nesse momento há uma dicotomia no Congresso: de um lado, os parlamentares padres Fonseca e Silva, Ponciano dos Santos, Arruda Câmara, Calazans, acompanhados pelos deputados convertidos ao catolicismo e do outro lado parlamentares tais como Luiz Vianna, Campos Vergal, Celso Brant, Fernando Santa, Aurélio Viana. Os primeiros, indiscutivelmente a favor do substitutivo de Carlos Lacerda e os segundos, contra.

É notório uma movimentação no foco das discussões, todas agora voltadas ao “substitutivo Lacerda”, já que do projeto original restava apenas a estrutura

formal, ou seja, a disposição dos títulos. A Igreja continuava mobilizando-se em defesa da posição que resultaria os interesses privatistas.

O texto final, diferente dos já citados, foi aprovado apenas em 22 de janeiro de 1960 pela Câmara. Em suma, pode-se concluir que o texto aprovado representava uma estratégia de conciliação entre as principais correntes em disputa, considerado por Anísio Teixeira como “Meia vitória, mas vitória”. Em síntese, o texto aprovado não correspondeu às partes envolvidas no projeto.

Considerando a história em torno da elaboração, discussão e aprovação da LDB, podemos perceber que a educação está tomada por interesses políticos.

Esse episódio marca uma tentativa de democratizar a educação, entretanto, essa democracia não chegava às massas populares, mas sim uma democracia restrita às elites e seus interesses.

Além disso, também na década de 1960 surgem movimentos de educação popular. Entre esses movimentos pontuamos três:

- Centros Populares de Culturas (CPC). Surgem como iniciativa da UNE (União Nacional dos Estudantes) e se espalham entre 1961 a 1964;
- Movimentos de Cultura Popular (MCP);
- Movimento de Educação de Base (MEB), criados pela CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil).

A maior parte desses movimentos é desativado com o golpe militar de 1964. Segundo Aranha (2002), os únicos que permanecem são os MEP, entretanto, diminuem suas atividades e mudam sua orientação.

Vale ressaltar que, no período da segunda república, destacaram-se também projetos de renovação do ensino público. Enfatizamos a ação escolanovistas, idealizada pelo Colégio de Aplicação da Universidade de São Paulo, que estabelece o primeiro convênio com a Universidade de São Paulo em 1957, desenvolvendo um trabalho de modernização pedagógica no ensino secundário. Assim, conforme Aranha

Essa experiência se torna possível pelo cuidado na formação e reciclagem dos professores, remuneração das horas extras de trabalho docente, acompanhamento de orientação educacional e pedagógica, classes de alunos cada vez mais reduzidas. (ARANHA, 2002, p. 210)

A intenção inicial era transferir essa experiências para as demais escolas da

rede de ensino público, todavia essa ideia não se concretiza.

Em geral, no período de 1939 a 1971, ocorreu a implementação dos cursos de Pedagogia e de algumas licenciaturas. Especificamente, em 1964, o conselheiro Newton Lins Buarque Sucupira (1920 – 2007) propôs a criação das licenciaturas de curto prazo de Ciências, Estudos Sociais e Letras, com o objetivo de formar professores capazes de lecionar várias disciplinas no hoje denominado Ensino Médio. As licenciaturas curtas surgem efetivamente no país regidas pela Lei nº 5.692/71, provinda da reforma da LDB, com o intuito de suprir as altas demandas de professores. Essa formação consolidada de forma rápida e concisa foi imposta por militares e tecnocratas. Segundo Nascimento (2012),

A licenciatura curta surgiu, neste momento, em “caráter experimental” e emergencial. A prioridade deveria ser a política de valorização e reformulação das Faculdades de Filosofia e suas licenciaturas e a “aplicação sistemática do exame de suficiência tendo em vista o maior número de professores a curto prazo”. A perspectiva era do mínimo por menos, isto é, o mínimo de qualificação necessária ao exercício da atividade docente pelo menor custo e tempo possíveis. Nesta perspectiva mais valeria uma formação aligeirada do que formação alguma. (Nascimento, 2012, p. 341)

Nesse contexto, Aranha pontua (2002) que, a partir de acordos entre o MEC (Ministério da Educação e Cultura) e o Usaid e (United States Agency for International Development), realizados desde o golpe militar de 1964 e que somente se tornam públicos em 1966, o Brasil desenvolve uma reforma “autoritária, vertical e domesticadora” que atrela o modelo econômico dependente, imposto pela política norte-americana, ao sistema educacional.

A universidade em que focamos nossos estudos, a Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” surge apenas no ano de 1976.

## **2 A CRIAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM MATEMÁTICA DA UNESP – CÂMPUS DE ILHA SOLTEIRA**

A UNESP (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”), como citado acima, foi criada apenas em 1976, sendo resultado da incorporação dos Institutos Isolados de Ensino Superior do Estado de São Paulo. A Faculdade de Engenharia do Câmpus de Ilha Solteira – FE foi a única Unidade Universitária criada, de fato, juntamente com a UNESP no ano de 1976, momento em que não existia o Departamento de Matemática, criado somente em 1998 e que, posteriormente, influenciaria no surgimento do curso de Licenciatura Plena (as licenciaturas curtas haviam sido extintas) em Matemática no Câmpus de Ilha Solteira em 2001.

### **2.1 A criação dos institutos que vieram a integrar a UNESP**

Os Institutos Isolados de Ensino Superior do Estado de São Paulo foi a denominação atribuída às escolas de Ensino Superior público que, no início, não possuíam ligação com alguma universidade e que estavam localizadas em diferentes pontos do interior paulista e abrangendo diversas áreas de conhecimento. Segundo Corrêa (2006), as explicações para a criação dessas Faculdades, no período de 1955 a 1965, estão diretamente ligadas a uma sociedade recém-saída de tempos sombrios, entre os anos de 1946 e 1955. No período pós ditadura, a retomada dos processos democráticos impulsionou a manifestação dos desejos do povo e, simultaneamente, os pedidos de criação de escolas de nível superior no interior paulista.

Em decorrência das inovações contidas na nova Constituição Federal (1946), nas reformas que estão presentes no Art. 166. E no Art.167, que definem a educação como direito de todos, prevalecendo que o ensino de diferentes ramos sejam ministrados pelos poderes públicos, a Assembleia Legislativa Estadual de São Paulo ordena a expansão do ensino público e gratuito. Ao assumir à difusão da educação primária e secundária e promover a criação de escolas desses níveis, faz-se necessário, ao mesmo tempo e na mesma proporção, a formação de professores para atender toda expansão.

Os projetos de criação das faculdades surgem, porém antes de serem aprovados pela Assembleia Legislativa Estadual, era necessário que tais projetos passassem pela avaliação de algumas comissões, como por exemplo, a Comissão

de Educação e Cultura e o Conselho Universitário da Universidade de São Paulo, já que, naquele momento, em São Paulo, os únicos que poderiam opinar sobre o ensino público superior eram os docentes daquela universidade. As opiniões eram registradas em pareceres e acompanhavam os processos de criação.

Conforme Corrêa (2006), outros incentivos para a criação dos Institutos Isolados foram a necessidade da expansão das chamadas Faculdades de Filosofias, que eram voltadas à formação de professores, em virtude do aumento das escolas secundárias e a escassez de vagas na Universidade de São Paulo, que enfrentava o problema do aluno excedente.

Apenas durante o governo de Jânio da Silva Quadros (1955-1959) a criação das faculdades no interior paulista foi concretizada e, ainda, de acordo com Corrêa (2006), estas faculdades são:

- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara - nº 3.842 de 16/4/1957;
  - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis - nº 3.826 de 6/2/1957;
  - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília - nº 3.781 de 25/1/1957;
  - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro - nº 3.895 de 7/6/1957;
  - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto - nº 3.844 de 10/5/1957; e
  - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente - nº 4.131 de 17/9/1957.
- Também foi efetivada a estadualização da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Araraquara, a 22 de janeiro de 1955 quando foi instalada oficialmente. (Corrêa, 2006, p. 19)

Posteriormente, no período do governador do Estado de São Paulo Carlos Alberto Alves de Carvalho Pinto (1959 – 1963), foram criadas as seguinte faculdades:

- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca - nº 6.814 de 20/6/1962;
- Faculdade de Farmácia e Odontologia de Araçatuba - nº 2.633 de 20/1/1954;
- Faculdade de Odontologia de São José dos Campos - nº 2.631 de 20/1/1954; e
- Faculdade de Ciências Médicas e Biológicas de Botucatu - nº 6.860 de 22/7/1962. (Corrêa, 2006, p. 20)

E, por fim, durante o governo de Adhemar Pereira de Barros (1963 – 1966) foram criadas as Faculdades de Medicina Veterinária e Agronomia de Jaboticabal, Lei nº 8.194, de 25/6/1964, e a Faculdade de Engenharia de Guaratinguetá pela Lei

nº 8.459, de 4/12/1964.

Sintetizando os Institutos Isolados de Ensino Superior de São Paulo eram constituídos pelas seguintes faculdades:

- Faculdade de Ciências Médicas e Biológicas de Botucatu;
- Faculdade de Engenharia de Guaratinguetá;
- Faculdade de Farmácia e Odontologia de Araçatuba;
- Faculdade de Farmácia e Odontologia de Araraquara;
- Faculdade de Farmácia e Odontologia de Piracicaba;
- Faculdade de Farmácia e Odontologia de Ribeirão Preto;
- Faculdade de Farmácia e Odontologia de São José dos Campos;
- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araraquara;
- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis;
- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca;
- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília;
- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente;
- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto;
- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro;
- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Preto;
- Faculdade de Medicina Veterinária e Agronomia de Jaboticabal;
- Faculdade de Música Maestro Julião.

As Faculdades que compunham os Institutos Isolados de Ensino Superior do Estado de São Paulo foram as pioneiras na implantação do Ensino Superior Público no interior do Estado de São Paulo e estiveram, desde o momento de sua criação, sob responsabilidade da Secretaria de Educação.

Segundo o documento UNESP 40 anos, o surgimento dessas Faculdades ocorreu de forma desordenada e sem planejamento, tornando-se assim, alvo de críticas. Com o crescimento da população estudantil pronta para ingressar no Ensino Superior, a exigência de uma atenção maior para esse nível de ensino também começa a aumentar, o que chamou a atenção de políticos em vários municípios do interior paulista, que para atender aos pedidos de seus eleitores buscavam inserir em seus programas de ação conseguir, com o governo estadual, a criação de escolas de nível superior.

## **2.2 Uma Breve História da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP**

No ano de 1969, regido pelo Decreto n. 51.315, de 27 de janeiro de 1969, a Secretária de Educação passa a ter em sua estrutura administrativa a Coordenadoria do Ensino Superior do Estado de São Paulo (CESESP), com a finalidade de administrar as Faculdades que compreendiam os Institutos Isolados. Todavia, mesmo com a criação da CESESP, as críticas à administração começaram a surgir, em virtude do volume de atribuições acumuladas, cujas incumbências estavam ligadas a diferentes níveis de educação, abrangendo desde o Ensino Primário até o Ensino Superior.

Segundo o portal da UNESP, essas dificuldades eram registradas, especialmente, no Conselho Estadual de Educação que passou a investigar e buscar soluções. Nesse ínterim, os Institutos Isolados demonstraram a necessidade da implantação de uma política que os caracterizasse como tendo uma identidade própria.

Em 1975, começam as discussões na CESESP em relação a uma nova organização para os Institutos Isolados, contando com a colaboração dos diretores das Faculdades que os compunham. O foco dessas discussões era integrar os Institutos Isolados numa Federação ou numa Universidade. Assim, em decorrência dessas discussões, em 1976, por determinação do governador Paulo de Egydio Martins (1928 – ) em concordância com a Secretaria da Educação, as Faculdades deixam a administração do CESESP e passam a assumir sua identidade na forma de Universidade.

A Universidade Estadual Paulista (UNESP) foi criada no mesmo ano em conformidade com a Lei nº 952, de 30 de janeiro de 1976, como resultado da incorporação de quatorze dos Institutos Isolados de Ensino Superior do Estado de São Paulo. E ao nome da Universidade Estadual Paulista acrescenta-se, como homenagem, o nome do jornalista Júlio de Mesquita Filho (1892 – 1969), como patrono.

A sede da nova Universidade ficaria por um período provisório na cidade de Ilha Solteira, onde foi criada a Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira (FE/IS), o único câmpus que surge juntamente com a criação da Universidade, localizado nas antigas dependências da Companhia Energética de São Paulo (CESP).

A UNESP, em conformidade com seu Estatuto, aprovado em 1977, era

constituída por quatorze câmpus, abrangendo diversas áreas do conhecimento. Um número relevante dessas Faculdades tinha sua atuação voltada para a formação de professores que lecionariam nas escolas secundárias, as chamadas Faculdades de Filosofia. Desse conjunto fizeram parte a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, de Araraquara, de Franca, de Marília, de Rio Claro e de São José do Rio Preto.

A mais antiga das faculdades agregadas a UNESP foi a Faculdade de Farmácia e Odontologia de Araraquara, fundada em 1923. Além desta, agregam-se também a Faculdade de Araçatuba e de São José dos Campos, também voltadas para a Odontologia, e a Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias de Jaboticabal, a de Engenharia de Guaratinguetá e a de Medicina de Botucatu.

Na imagem temos a localização das cidades do interior do Estado de São Paulo que contemplavam os Institutos Isolados que vieram a constituir a UNESP e a Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira, única criada juntamente com a Universidade Estadual Paulista, em 1976.

Figura 1 - Integração dos Institutos Isolados de Ensino Superior do Estado de São Paulo na Universidade Estadual Paulista em 1976.



Fonte: Elaborado pela autora.

O primeiro reitor da UNESP foi o Professor Doutor Luiz Ferreira Martins, o então coordenador da CESESP desde 1973, até o momento da criação da Universidade, quando assume a reitoria. O Professor Luiz Ferreira Martins é considerado por muitos o “pai” da UNESP.

### **2.3 História da criação da Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira**

A Faculdade de Engenharia do Câmpus de Ilha Solteira (FE/IS) foi a única criada, de fato, no momento da institucionalização da UNESP, aproveitando-se de uma parte da infraestrutura urbana e rural construída pela CESP, que teria sua desativação prevista em razão do término das obras do Complexo Hidrelétrico de Urubupungá. A Faculdade então, iniciou suas atividades no dia 11 de abril de 1977, com os seguintes cursos de Engenharia: Habilitação em Civil, Elétrica e Mecânica, sendo 30 vagas anuais para cada uma das habilitações. Nesse período, para ministrar as disciplinas da área de Matemática para esses conjuntos de cursos, foi contratado o primeiro grupo de professores de Matemática.

No ano de 1978 teve início o curso de Tecnólogo em nível Superior em Ciências Agrárias, com as modalidades: Fitotecnia e Bovideocultura, que veio a receber a denominação Curso Superior de Tecnologia Pecuária, nas modalidades: Bovideocultura e Fitotecnia. Num momento posterior, o curso foi extinto dando lugar ao curso de Agronomia.

A proposta de Implantação do Departamento Básico de Ciências (que posteriormente seria desmembrado, dando origem ao Departamento de Matemática) é registrada no dia 15 de março de 1983, enviada pelo diretor da Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira, o Professor César Piedade Junior, ao reitor da época Professor Doutor Armando Octávio Ramos.

Em reunião realizada no dia 11 de abril de 1983, a congregação optou pela proposta da constituição dos seguintes Departamentos: Básico, Agricultura, Biologia Aplicada à Agropecuária, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica e Engenharia Mecânica. Nessa estrutura departamental, estariam sendo consideradas as características peculiares do desenvolvimento dos cursos sediados no Câmpus de Ilha Solteira, a natureza do corpo docente, que embora não preenchesse naquele ano as exigências dos artigos 39 do Estatuto (o qual exigia a coexistência de três docentes que fossem portadores do título de Doutor, um docente portador do título de livre-docente e possuir no mínimo 8 docentes), apresentava um elevado número

de assistentes com título de mestre e o alto número de professores assistentes que estavam vinculados ao câmpus, participavam ativamente do desenvolvimento acadêmico. Entretanto, esse desenvolvimento começara a sofrer limitações em virtude da ausência de uma estrutura departamental, tornando-se necessária e urgente uma solução que proporcionasse a organização e estímulo à comunidade acadêmica, segundo a Proposta de Implantação do Departamento de Ciências de 1983.

O Departamento Básico estaria vinculado às seguintes áreas: Física Aplicada, Ensino de Física, Geometria e Álgebra, Representação Gráfica, Cálculo, Matemática Aplicada, Computação e Cálculo Numérico, Estatística, Química Analítica, Química Geral e Tecnológica, Tecnologia de Produtos Agropecuários e Bioquímica Aplicada à Agropecuária.

Assim, diante da proposta, o reitor da Universidade Estadual Paulista, em concordância com a Resolução UNESP 27, de 07/07/1983, resolve que a estrutura departamental do Câmpus de Ilha Solteira, em caráter provisório, seria dividida entre os departamentos: Ciências, Agricultura, Biologia Aplicada à Agropecuária, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica e Engenharia Mecânica.

O corpo docente do Departamento de Ciências contava com 39 docentes, sendo 14 deles da área da Física (1 graduado, 11 mestres e 2 doutores), 19 da área da Matemática (4 graduados, 14 mestres e 1 doutor) e 6 docentes da área da Química (5 mestres e 1 doutor). Como mostra a tabela abaixo.

Tabela 1 – Corpo Docente do Departamento de Ciências em 1983

<b>CORPO DOCENTE DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS EM 1983</b>				
<b>Área</b>	<b>Graduados</b>	<b>Mestres</b>	<b>Doutores</b>	<b>Total</b>
<b>Física</b>	1	11	2	14
<b>Matemática</b>	4	14	1	19
<b>Química</b>	-	5	1	6
<b>Total</b>	5	30	4	39

Fonte: UNESP – Câmpus de Ilha Solteira, Proposta de Implantação do Departamento de Ciências, 1983.

Além disso, havia vagas a serem preenchidas: uma para a Física, duas para

a Matemática e uma para a Química. Por conseguinte, o quadro do departamento ficaria composto por 43 docentes. Com o decorrer dos anos, esse número é expandido para um corpo docente composto por 49 docentes, responsáveis por 70 disciplinas obrigatórias, evidenciando um crescimento considerável do Departamento de Ciências, seja no número de docentes e de funcionários, na quantidade de disciplinas oferecidas, e nos trabalhos de extensão e na produção científica em linhas de pesquisa que foram sendo instituídas em decorrências da titulação do corpo docente.

Em meio a dificuldade de administrar esse numeroso Departamento, é encaminhada à direção da Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira a “Proposta de Desmembramento do Departamento de Ciências” em dois outros Departamentos: Departamento de Física e Química e Departamento de Matemática. Segundo os documentos, a proposta foi discutida em reunião do Conselho no dia 26 de agosto de 1993 e retificada em 02 de setembro de 1994. Nesta data, o atual chefe do Departamento de Ciências era o Professor Doutor João Carlos Silos Moraes e o diretor da Faculdade de Engenharia era o Professor Doutor Laurence Duarte Colvara.

As áreas de conhecimento se constituíram o maior critério para a proposta de desmembramento. O Departamento de Física e Química reuniria todos os docentes que atuam na Área de Física e na Área de Química, contemplando 8 áreas de conhecimento diferentes e no Departamento de Matemática atuariam todos os professores que atuam na área de Matemática englobando 5 áreas distintas de conhecimento.

As áreas de conhecimento reunidas no Departamento de Matemática foram Computação e Estatística, Educação Matemática, Matemática Aplicada, Matemática Pura e Representação Gráfica. Segundo a proposta, esse departamento ofereceria disciplinas para os cursos de graduação em Engenharia – habilitações em Engenharia Civil, Engenharia Elétrica e Engenharia Mecânica, em Agronomia e no curso de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica, em nível de mestrado, que havia sido criado e, também, forneceria apoio didático a outros cursos de Pós-Graduação de outras Unidades.

Os recursos humanos do Departamento de Matemática, ainda conforme a proposta de desmembramento, contariam com 23 docentes, sendo 4 doutores, 15 mestres e 4 graduados.

A Comissão de Pesquisa da Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira, perante a Proposta de Desmembramento do Departamento de Ciências, manifestou aprovação por unanimidade no dia 28 de outubro de 1994 e o presidente da Comissão no ato era o Professor Doutor Keizo Yukimitu. Considerando que tal desmembramento resultaria em um salto de eficiência estrutural para o Câmpus de Ilha Solteira, a Comissão de Ensino, que tinha como presidente o Professor Doutor Wilson Manzoli Junior, também aprovou tal proposta no dia 10 de novembro de 1994.

Em 22 de novembro de 1994, o atual diretor da Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira, Professor Doutor Laurence Duarte Covara, encaminha a Proposta de Desmembramento do Departamento de Ciências ao reitor Professor Doutor Arthur Roquete de Macedo que se posiciona favoravelmente à proposta em 25 de Março de 1995 (Resolução nº 25), evidenciando os benefícios que o funcionamento dos dois novos departamentos trariam à Faculdade de Engenharia, citando o baixo custo da proposta em virtude da escassez generalizada de recursos da época. Desse modo, surge o Departamento de Matemática.

#### **2.4 O Curso de Licenciatura Plena em Matemática da UNESP – Câmpus de Ilha Solteira**

O Departamento de Matemática, em sua estrutura, possuía um Conselho de Departamento que em reunião no dia 10 de março de 1998, três anos após a criação do Departamento, aprovou e deliberou uma Proposta para a criação do Curso de “Licenciatura Plena em Matemática” para a Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira, para funcionar no período noturno, a partir do ano 2000. A Comissão responsável pela Implantação do Curso de Matemática, em Ilha Solteira, tinha como coordenador o Professor Doutor João Toledo da Silva e a proposta continha como colaboradores todos os docentes do curso, em especial os professores Ernandes Rocha de Oliveira, Neusa Augusto da Silva, Paulo Isamo Hiratsuka, José Marcos Lopes, Luis Antônio Fernandes de Oliveira e Roseli Arbach Fernandes de Oliveira.

A referida proposta de criação do curso não foi apresentada como um projeto acabado, mas como um esboço que poderia ser complementado com sugestões e críticas no sentido de aperfeiçoá-la.

O Departamento de Matemática, no ato da Proposta de criação do Curso de

Licenciatura Plena em Matemática, era composto por 1 livre-docente, 8 doutores, 10 mestres (sendo 7 com doutoramento em andamento) e 4 graduados (um deles concluindo o mestrado).

Os professores do Departamento já tinham como meta implantar um Curso de Licenciatura Plena em Matemática Noturno há algum tempo e, depois de estímulos de professores de outras Unidades da UNESP, surge a proposta. Os professores de outras Unidades que estimularam tal proposta eram os Professores Doutores Wilson Maurício Tadini, do Instituto de Biologia, Letras e Ciências Exatas de São José do Rio Preto, Messias Menegheti Junior, da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente e do reitor da época, Professor Doutor Antônio Manoel dos Santos Silva. Além disso, o Departamento de Matemática do Câmpus de Ilha Solteira também teve o apoio dos Professores Doutores, Geraldo Duarte Filho e Marcos Vieira Teixeira, do Instituto de Geociências e Ciências Exatas de Rio Claro, uma vez que esses forneceram os materiais que influenciaram no projeto de criação do curso.

Em conformidade com a proposta, os motivos para a abertura de um Curso de Licenciatura Plena em Matemática – Noturno – em Ilha Solteira, eram:

1. atuar de forma decisiva na qualidade do ensino de escola de 1º e 2º graus da região (atuais Ensino Fundamental 2 e Ensino Médio);
2. resgatar uma dívida social com a juventude que deseja estudar e, ao mesmo tempo, é obrigada a trabalhar para se sustentar, só podendo estudar no período noturno;
3. cumprir o que no artigo 253, parágrafo único, da Constituição Estadual de 1989, que determina que as universidades estaduais paulistas devem destinar, no mínimo, um terço de suas vagas para cursos noturnos;
4. acatar a solicitação do Ministério da Educação que demonstrou certa preocupação sobre a carência de professores bem formados para lecionar em escolas de 1º e 2º graus;
5. otimizar o uso das instalações e equipamentos da FE/IS – UNESP durante o período noturno que se encontravam ociosos;
6. aproveitar os recursos humanos disponíveis, no período, na FE/IS;
7. suprir a escassez de cursos noturnos em Universidades Estaduais na região, uma vez que esses não existiam em um raio de 200km de Ilha Solteira;
8. Atender a demanda, visto que a procura pelos cursos de Licenciatura em

Matemática no período noturno no vestibular havia aumentado significativamente do ano de 1997 para o ano de 1998 (na Unidade de Bauru, por exemplo, o aumento foi de 145,12%, ou seja, a relação candidato vaga passou de 4,1 para 10,05 nesses anos);

9. atender ao mercado de trabalho;

10. contribuir para que o Câmpus de Ilha Solteira intensificasse sua ação como pólo disseminador de ciência e tecnologia na região e dar uma identidade ao Departamento de Matemática, aprimorando o trabalho voltado à educação;

11. criar um curso cuja relação custo/benefício para a implantação e o funcionamento seja baixo.

Caso fosse consolidada a criação e abertura do curso de Licenciatura Plena em Matemática, num primeiro momento, a proposta sugeria que o curso oferecesse 35 vagas para alunos ingressantes no ano de 2000 e, posteriormente, seria estudada a possibilidade de ampliação no número de vagas para 40, dependendo, evidentemente, da demanda existente.

O objetivo do curso proposto era formar profissionais licenciados em Matemática, ou seja, um professor que atuaria nos ensino de 1º e 2º grau. As disciplinas que faziam parte da grade curricular seriam desenvolvidas com base nesse objetivo, todavia, as disciplinas ditas de “conhecimento matemático” seriam trabalhadas de maneira aprofundada, visando o conhecimento necessário e contribuir para o desenvolvimento do profissional em sala de aula.

Com a previsão de que grande parte dos alunos ingressantes no curso de Licenciatura em Matemática estivesse despreparado, o que acarretaria um grande número de reprovações e evasões, as disciplinas iniciais, especialmente a disciplina Fundamentos de Matemática Elementar, deveriam rever o conteúdo trabalhado no ensino de 1º e 2º grau, discutindo as dificuldades conceituais presentes nesses conteúdos.

A grade curricular do curso era composta por 20 disciplinas obrigatórias e 7 disciplinas optativas. O curso possuiria carga horária de 2250 horas, sendo necessário que o aluno cursasse no mínimo duas disciplinas optativas para integralização dos créditos.

O prazo mínimo para integralização curricular seria de 3 anos e o máximo 7 anos, com o limite máximo de carga semanal de 25 horas e máximo de carga diária 6 horas.

No mesmo período, também havia propostas de criação do curso de Licenciatura Plena em Física e Licenciatura Plena em Ciências Biológicas. Dessa forma, em 6 de maio de 1998, o prefeito municipal de Ilha Solteira Sebastião de Paula envia ao reitor da Universidade Estadual Paulista, o Professor Doutor Antônio Manoel dos Santos Silva, um ofício (nº 229/98) solicitando a criação dos três cursos de licenciatura, citando as expectativas da comunidade em criar condições de acesso aos cursos superiores noturnos.

Inicialmente, em sessão no dia 15 de fevereiro de 2001, a Câmara Central de Graduação, aprovou a Criação do Curso de Licenciatura em Matemática no período noturno para ser oferecido na Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira, com algumas ressalvas. Entre elas: o número de vagas deveria ser de 30, e não 35 como estava previsto na proposta inicial, haveria a necessidade do cumprimento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB – 9394/96) com relação às Práticas de Ensino e Estágio Supervisionado e a viabilidade da implantação do referido curso a partir do segundo semestre de 2001.

Em seguida, o Conselho Universitário, em Sessão Extraordinária realizada em 17 de maio de 2001, deliberou e aprovou a proposta de criação do Curso de Licenciatura em Matemática no período noturno na Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira, encaminhado à Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD), para publicação da resolução no dia seguinte (18/05/2001).

Enfim, é publicada a Resolução UNESP nº 26, de 24 de maio de 2001, que no seu artigo 1º considera criado o Curso de Licenciatura em Matemática, no período noturno, na Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira e, entra em vigor, no momento da publicação desta Resolução.

Em continuidade, mesmo com a aprovação da criação do curso, fez-se necessária algumas readequações na proposta inicial. A Comissão Departamental responsável por essa readequação era composta pelos professores Anirio Salles Filho (1958 – 2019), Célia Aparecida dos Reis e Luiz Antonio Fernandes de Oliveira.

Os pontos revistos desse reajuste foram poucos: houve mudanças no número de vagas, de 35 para 30 e, em virtude do tempo decorrido, os alunos iriam ingressar no ano de 2002. Em relação às mudanças necessárias à grade curricular houve algumas alterações: os créditos na disciplina Prática de Ensino da Matemática com Estágio Supervisionado I passaram de 6 para 8, adequando-se à LDB, e cada unidade de crédito passou a corresponder a 15 horas/aula. Além disso, outra

mudança é que a disciplina de Educação Física, que continha 2 créditos, é extinta, dando lugar a disciplina de Equações Diferenciais Ordinárias que possuía 4 créditos. Portanto, com essas mudanças na grade curricular do curso, sua integralização ficou estabelecida com uma carga horária de 2370 horas, 120 horas a mais do que na primeira proposta.

Enfim, em 2002 ingressa a primeira turma do Curso de Licenciatura em Matemática da UNESP do Câmpus de Ilha Solteira.

### **3 PROJETOS POLÍTICOS PEDAGÓGICOS E ESTRUTURAS CURRICULARES DO CURSO DE LICENCIATURA EM MATEMÁTICA DA UNESP - CÂMPUS DE ILHA SOLTEIRA**

Neste capítulo é apresentada uma análise dos Projetos Políticos Pedagógicos e a estrutura curricular do curso de Licenciatura em Matemática da Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho”.

#### **3.1 Projeto Político Pedagógico de acordo com a Proposta de Criação do Curso**

No que diz respeito à formação pedagógica, o primeiro Projeto Político Pedagógico (PPP) proposto para o Curso de Licenciatura em Matemática da UNESP de Ilha Solteira é orientado pelas Diretrizes Curriculares para a Formação de Professores da Educação Básica e pela respectiva minuta de resolução, objeto do Parecer do Conselho Nacional de Educação – CNE/CP 09/2001, modificado pelo Parecer CNE/CP 27/2001, bem como o Parecer CNE/CP 21/2001, com nova redação dada pelo CNE/CP 28/2001 e suas respectivas minutas com as resoluções que tratam da carga horária e da duração dos referidos cursos.

Ao propor o primeiro Projeto Político Pedagógico (PPP), as minutas referentes à duração e carga horária dos cursos referidos ainda não haviam sido homologadas pelo então Ministro da Educação Paulo Renato Souza (1945 – 2011), apesar de já terem sido aprovadas pelo Conselho Nacional Educação.

A duração do curso, de acordo com a Resolução anexa ao Parecer CNE 21/2001 com nova redação dada pelo Parecer CNE/2001, estabelece o mínimo de 2800 horas, a ser cumprido em pelo menos três anos letivos, sendo distribuídas da seguinte maneira:

- 400 (quatrocentos) horas de prática de ensino, como componente curricular, vivenciadas ao longo do curso;
- 400 (quatrocentos) horas de estágio supervisionado, a partir do início da segunda metade do curso;
- 1800 (mil e oitocentas) horas para os conteúdos curriculares de natureza científico-cultural;
- 200 (duzentos) horas para outras formas de atividades acadêmico-científico-

culturais.

Referente ao currículo pleno, a estrutura curricular proposta engloba disciplinas obrigatórias, disciplinas optativas e práticas de ensino (estágio supervisionado), com 20 disciplinas obrigatórias (2 semestrais e 18 anuais) e 2 optativas, totalizando 22 disciplinas, incluindo prática de ensino, com estruturação anual, com disciplinas semestrais e anuais.

A carga horária do Curso de Licenciatura em Matemática, segundo o Projeto Político Pedagógico de 2001, era discriminada como na tabela abaixo.

Tabela 2 - Distribuição da carga horária em 2001

Etapas Curriculares	Créditos	Carga Horária
Disciplinas Obrigatórias	130	1950
Disciplinas Optativas	08	120
Estágio Curricular	20	300
Total	158	2370

Fonte: Proposta de Criação do Curso de Licenciatura Plena em Matemática (2001).

A carga horária especificada não satisfazia a Resolução anexa ao Parecer CNE/CP 28/2001, estando adequada apenas no que diz respeito à carga horária destinada aos conteúdos curriculares de natureza científico-cultural. Em virtude das divergências, consta na proposta de criação de curso que, ao ser homologada e publicada a Resolução em apreço, a Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira teria de fazer os ajustes necessários quanto à Prática de Ensino e ao Estágio Curricular, o que geraria uma ampliação de 500 horas às 300 anualmente previstas.

Ao propor as mudanças, a Unidade deveria também levar em consideração a proporção entre as dimensões pedagógicas do curso e a carga horária total, uma vez que a Minuta de Resolução anexa ao Parecer CNE/CP 9/2001 estabelece no § único do artigo 11: "... nas demais licenciaturas o tempo dedicado às dimensões pedagógicas não será inferior à quinta parte da carga horária total". Dessa forma, ao alterar o curso, segundo o relato que consta na proposta de criação do curso, a estrutura curricular seria ajustada de acordo com as exigências do Parecer CNE/CP 28/2001.

Em relação às determinações do documento "Princípios Norteadores para Elaboração dos Currículos da UNESP" (Resolução nº 3/2001) era considerado, de acordo com a proposta de criação do curso, que não haveriam dificuldades em atendê-las, uma vez que a análise das estruturas curriculares das licenciaturas da

UNESP permitiam identificar um “núcleo comum”.

Foi verificado também, no mesmo documento, a existência de semelhanças entre a proposta desse curso e a de outros cursos congêneres da Universidade em termos de nomenclatura. Essas semelhanças são em virtude da Resolução nº 3/2001 da UNESP que estabelece os princípios norteadores a serem observados na organização curricular dos Cursos de Graduação oferecidos pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

Na proposta, o curso seria desenvolvido em 4 anos no período noturno, atendendo assim a recomendação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) da UNESP para que os cursos noturnos sejam ministrados com 4 horas diárias e 24 semanais no máximo.

As disciplinas eram distribuídas ao longo de quatro anos, como mostra o quadro abaixo, com pré-requisitos e co-requisitos.

Tabela 3 – Estrutura Curricular do Curso de Licenciatura Plena em Matemática em 2001

Ano	Disciplina	Carga Horária		Pré-Requisitos	Co-Requisitos
		Semanal	Total		
1º Ano	Cálculo I	6	180		
	Vetores e Geometria Analítica	4	120		
	Fundamentos de Matemática Elementar	4	120		
	Desenho Geométrico e Geometria Descritiva	3	90		
	Introdução à Ciência da Computação	2	60		
2º Ano	Cálculo II	6	180	Cálculo I	
	Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem	2	60		
	Álgebra Linear	4	120		
	Cálculo Numérico	2	60		Introdução à Ciência da Computação
	Equações Diferenciais	4	60	Cálculo I e Álgebra Linear	

	Ordinárias					
	Probabilidade e Estatística	4	120		Cálculo I	
3º ano	Álgebra	6	180	Fundamentos de Matemática Elementar		
	Geometria Euclidiana	4	120			
	Didática	2	60			
	Prática do Ensino da Matemática com Estágio Supervisionado I	3	90			
	Física Geral e Experimental	4	120	Cálculo I		
4º ano	Análise Real	4	120	Cálculo I		
	Prática do Ensino da Matemática com Estágio Supervisionado II	6	180			
	História da Matemática	2	60	Fundamentos de Matemática Elementar		
	Estrutura e Funcionamento do Ensino Fundamental e Médio	2	60			
	Optativa I (1º semestre)	4	60			
	Optativa II (2º semestre)	4	60			
	Disciplinas Optativas					
		Resolução Numérica de Equações Diferenciais Ordinárias	4	60	Introdução à Ciência da Computação; Cálculo Numérico; Álgebra Linear.	
	Programação Linear	4	60	Cálculo Numérico; Álgebra Linear.		
	Funções de Uma Variável Complexa	4	60	Cálculo II		
	Geometria Diferencial	4	60	Cálculo I Cálculo II		
	Introdução aos Espaços Métricos	4	60			
	Introdução à Teoria	4	60	Cálculo I		

	da Bifurcação			Cálculo II	
	O Computador na Educação Matemática	4	60		

Fonte: Proposta de Criação do Curso de Licenciatura Plena em Matemática (2001).

Sobre as disciplinas optativas, o aluno poderia escolher a sua optativa no rol de todas as disciplinas oferecidas. Caberia ao Conselho de Curso de Matemática estabelecer, anualmente, as disciplinas optativas que seriam oferecidas pelo Curso de Licenciatura Plena em Matemática.

Na próxima tabela está evidenciado o corpo docente envolvido no curso.

Tabela 4 – Professores responsáveis pelas disciplinas

Docente	Disciplinas
Departamento de Matemática	
Anirio Salles Filho	Introdução à Ciência da Computação
Docente a ser contratado	Geometria Diferencial
Antonio de Padua F. Lahoz	Desenho Geométrico e Geometria Descritiva
Célia Aparecida dos Reis	Geometria Euclidiana; Álgebra Linear; História da Matemática.
Clodney Falqueiro	Desenho Geométrico e Geometria Descritiva.
Dalva Maria de Oliveira Villarreal	Introdução à Ciência da Computação; O Computador na Educação Matemática.
Edison Righeto	Geometria Diferencial; Introdução à Teoria da Bifurcação.
Edmar Maria Lima Lopes	Desenho Geométrico e Geometria Descritiva
Ernandes Rocha de Oliveira	História da Matemática; Funções de Uma Variável Complexa; Análise Real.
Evaristo Bianchini Sobrinho	Probabilidade e Estatística
Francisco Villarreal Alvarado	Cálculo I Cálculo II
Docente a ser contratado	Fundamentos de Matemática Elementar; Prática de Ensino de Matemática com Estágio Supervisionado I; Prática de Ensino de Matemática com Estágio Supervisionado II.
José Marcos Lopes	Cálculo Numérico; Programação Linear; Resolução Numérica de Equações Diferenciais Ordinárias.
Lilian Yuli Isoda	Cálculo I

Lizete Maria C. F. Garcia	Cálculo I; Cálculo II.
Luis Antônio F. de Oliveira	Cálculo I; Cálculo II; Equações Diferenciais e Ordinárias.
Marcelo Reicher Soares	Funções de Uma Variável Complexa; Análise Real.
Neusa A. Pereira da Silva	Vetores e Geometria Analítica
Paulo Isamo Hiratsuka	Prática de Ensino de Matemática com Estágio Supervisionado I; Prática de Ensino de Matemática com Estágio Supervisionado II; Geometria Euclideana.
Rita de Cássia Pavani Lamas	Vetores e Geometria Analítica
Roseli Arbach F. de Oliveira	Álgebra; Álgebra Linear; Introdução aos Espaços Métricos.
Walter V. Valério Filho	Probabilidade e Estatística
Zulind Luzmarina Freitas	Desenho Geométrico e Geometria Descritiva
Departamento de Física e Química	
Edinilton Morais Cavalcante	Física Geral e Experimental
Walter Katsumi Sakamoto	Física Geral e Experimental

Fonte: Proposta de Criação do Curso de Licenciatura Plena em Matemática (2001).

Para possibilitar a criação do curso, os professores listados que, em sua maioria, eram do Departamento de Matemática e prestavam serviços aos Cursos de Engenharia Civil, Elétrica e Mecânica e ao Curso de Agronomia da Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira, assumiram, em Assembleia, o compromisso de arcar com uma carga didática adicional, havendo um acréscimo de, em média, 1 hora/aula semanal para cada docente, a cada ano, nos próximos 4 anos subsequente, a partir do ano 2000. Em 2003, o acréscimo total seria de, aproximadamente, 4 horas/aulas semanais e, a partir desse ano, se estabilizaria.

As disciplinas na área da Educação (Didática, Estrutura e Funcionamento do Ensino Fundamental e Médio e Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem) dependiam de contratação ou convênio, comprovando a falta de atenção aos aspectos importantes da formação de professores.

Em relação aos recursos financeiros, de acordo com a comissão designada pelo CEPE, com a criação dos três cursos, Licenciatura em Ciências Biológicas, em Física e em Matemática, foi prevista a contratação de 3 docentes.

### 3.2 Reestruturação Curricular entre 2004 e 2007

Segundo o portal da Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira, em 2004, o curso de Licenciatura em Matemática da UNESP – Câmpus de Ilha Solteira passou pela primeira Reestruturação Curricular para atender as Resoluções CNE/CP 02/2002, UNESP nº 03/2001 e ao Despacho 862/2 da CCG/SG. Desse modo, essa nova estrutura é instituída para os ingressantes de 2005.

Em 2006, a estrutura curricular passa por novas alterações com a mudança na carga horária das Atividades Científico-Culturais, uma proposta para a contagem das referidas Atividades e alteração do ano de oferecimento das disciplinas Análise Real, Funções de uma Variável Complexa e Programação Linear. Tais mudanças são implementadas para os alunos ingressantes de 2007.

Assim, a matriz curricular do curso para os ingressantes de 2007 fica da seguinte forma, de acordo com a Resolução UNESP 06, de 12/01/2005:

Tabela 5 – Estrutura Curricular do Curso de Licenciatura em Matemática para os ingressantes de 2007

Ano	Disciplina	Carga Horária		Pré-Requisitos	Co-Requisitos
1º ano					
		Semanal	Total		
Anual	Cálculo Diferencial e Integral I	6	180		
Anual	Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem	2	60		
1º sem	Álgebra Elementar	4	60		
1º sem	Geometria Analítica Plana	4	60		
1º sem	Introdução à Ciência da Computação	4	60		
2º sem	Desenho Geométrico e Geometria Descritiva	4	60		
2º sem	Geometria Analítica Espacial	4	60		
2º sem	Matemática Elementar: Fundamentação e Prática	4	60		
2º ano					
	Cálculo Diferencial e Integral II	4	120	Cálculo Diferencial e	

Anual				Integral I	
Anual	Probabilidade e Estatística	2	60	Cálculo Diferencial e Integral I	
1º sem	Políticas Educacionais no Brasil	4	60		
1º sem	Álgebra Linear I	4	60		
1º sem	Matemática Financeira	2	30		
2º sem	Álgebra Linear II	4	60		
2º sem	Fundamentos de Física I	4	60	Cálculo Diferencial e Integral I	
2º sem	Cálculo Numérico	4	60	Introdução à Ciência da Computação	
3º ano					
Anual	Prática De Ensino Da Matemática Com Estágio Supervisionado I (*)	6	180	42%	
1º Sem	Funções de uma Variável Complexa	4	60	Cálculo Diferencial e Integral II	
1º Sem	Fundamentos de Física II	6	90	Cálculo Diferencial e Integral I	
1º Sem	Estruturas Algébricas I	4	60	Álgebra Elementar	
1º Sem	Equações Diferenciais Ordinárias	4	60	Cálculo Diferencial E Integral I Álgebra Linear I	
2º Sem	Didática	4	60		
2º Sem	Geometria Euclidiana	6	90		
2º Sem	Estruturas Algébricas II	4	60	Álgebra Elementar	
2º Sem	Programação Linear	4	60	Álgebra Linear I Álgebra Linear II Cálculo	

				Numérico	
4º ano					
Anual	Análise Real	4	120	Cálculo Diferencial e Integral I	
Anual	Prática Do Ensino Da Matemática Com Estágio Supervisionado II	6	225		
Anual	História Da Matemática	4	120	Fundamentos De Matemática Elementar	
Anual	Estrutura E Funcionamento Do Ensino Fundamental E Médio	2	60		
1º Sem	Optativa I	4	60		
2º Sem	Optativa II	4	60		
2º Sem	Introdução Aos Espaços Métricos	4	60		
1º Sem	Tópicos Do Ensino De Matemática	4	60		

Fonte: Portal UNESP (2019).

(\*) Prática de Ensino da Matemática com Estágio Supervisionado I (anual) = 180 horas, e 60 horas constam na grade horária e 120 horas fora da sala de aula.

(\*\*) Prática de Ensino da Matemática com Estágio Supervisionado II (anual) = 225 horas, e 120 horas constam na grade horária e 105 horas fora da sala de aula.

Para a conclusão do curso de Licenciatura em Matemática, o aluno que ingressa a partir de 2007, deverá integralizar no mínimo:

- 140 créditos ou 2100 horas de carga horária, já incluída as 400 horas dedicadas à prática como componente curricular em disciplinas obrigatórias;
- 08 créditos ou 120 horas de carga horária em disciplinas optativas;
- 27 créditos ou 405 horas de carga horária em estágio supervisionado;
- 14 créditos ou 210 horas de atividades acadêmico-científico-culturais,

Dessa forma, o curso de Licenciatura em Matemática passa a ter um total de 2835 horas de carga horária, incluindo disciplinas obrigatórias, disciplinas optativas, estágio supervisionado e atividades acadêmico-científico-cultural, constata-se mais uma vez a ausência de disciplinas humanísticas e de Educação Matemática.

### 3.3 Projeto Político Pedagógico de 2008

No Projeto Político Pedagógico de 2008 consta um perfil de egresso muito parecido com o da proposta de criação de curso, ou seja, pretende-se formar um profissional licenciado em Matemática, prioritariamente um professor atuante no Ensino Médio e Ensino Fundamental, e, acrescenta-se ao perfil do egresso a possibilidade de continuarem seus estudos numa pós-graduação ou trabalhar em empresas que requeiram habilidades matemáticas com perfil para embarcarem na pós-graduação em Matemática.

Em relação à matriz curricular, pretendia-se desenvolver as disciplinas de maneira aprofundada em relação ao Ensino Fundamental e Médio, com o intuito de dotar os discentes de conhecimentos necessários para a formação de um futuro profissional de qualidade na Matemática Pura.

Na elaboração do Projeto Político Pedagógico de 2008, houve a preocupação com o despreparo de uma parte significativa de alunos que ingressarão nos cursos, o que poderia acarretar diversas reprovações e evasões. Nesse sentido, pretendia-se atuar da seguinte forma:

- uma vez ingressado no curso, a Universidade deve responsabilizar-se para que o aluno possa obter um bom aproveitamento nas disciplinas.
- o curso deve manter um padrão de ensino de qualidade e dar condições ao ingressante de acompanhá-lo adequadamente sem, contudo, abaixar o nível pretendido. (Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em Matemática, UNESP - Câmpus de Ilha Solteira, 2008)

Dessa forma, as disciplinas do primeiro semestre, em especial a disciplina denominada Matemática Elementar: Fundamentação e Prática, devem rever os conteúdos trabalhados no Ensino Fundamental e Médio e também gerar discussões sobre como contribuir para diminuir os desníveis de aprendizagem em Matemática dos ingressantes.

Nesta perspectiva, serão obrigatórias também disciplinas que tratarão conteúdos matemáticos mais avançados e, concomitante, disciplinas voltadas para o ensino e a aprendizagem de Matemática.

As discussões de ordem metodológicas serão aprofundadas nas disciplinas Prática de Ensino com Estágio Supervisionado 1 e 2, entretanto, a instrumentação para o ensino deverá ser apresentada e trabalhada com os ingressantes desde o início do curso, já no primeiro semestre. Toda ou qualquer tecnologia que auxilie o

ensino de Matemática deve ser apresentada ao discentes, todavia, no Projeto Político Pedagógico de 2008, dá-se uma atenção especial ao computador, fazendo-se necessária uma familiaridade entre o licenciando e aquele instrumento. Assim, durante o desenvolvimento das disciplinas serão apresentados softwares adequados aos seus conteúdos e, para isso, serão utilizados dois ambientes apropriados:

- Laboratório de Informática de Matemática (LIM);
- Laboratório de Ensino de Matemática (LEM).

Destaca-se para a utilização do Laboratório de Informática de Matemática (LIM) as seguintes disciplinas (mesmo não havendo uma disciplina teórica para discutir a questão das tecnologias na Educação Matemática): Introdução às Ciências da Computação, Desenho Geométrico, Cálculo Diferencial e Integral 1 e 2, Equações Diferenciais Ordinárias, Computação na Educação Matemática, Probabilidade e Estatística, Cálculo Numérico e Programação Linear. O Laboratório de Informática de Matemática tinha como objetivo auxiliar a inserção das novas tecnologias da informação e da comunicação no ensino de Matemática como recurso didático, seguindo assim as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação de Professores.

Em correspondência, o Laboratório de Ensino de Matemática (LEM) é um ambiente para discutir e desenvolver ferramentas didáticas que auxiliem o processo de ensino e aprendizagem de Matemática.

Ao cursar a disciplina de estágio supervisionado, ainda segundo o Projeto Político Pedagógico de 2008, o licenciando teria a oportunidade de aplicar os conhecimentos teóricos adquiridos no decorrer da vida acadêmica, conhecendo a realidade da prática de ensino, possibilitando uma retomada das discussões perante ao cenário da educação básica na região.

Além do estágio supervisionado, várias atividades extracurriculares estariam a disposição dos alunos. Segundo o Projeto Político Pedagógico:

várias atividades extra curriculares deverão contribuir para a formação dos alunos, como por exemplo, Iniciação Científica, participação em Congressos, Estágios extra-curriculares, Palestras, Ciclos de seminários, Cursos de Verão, Sala de Jogos, Monitoria Voluntária, Projetos de Extensão, Participação em Grupos Artísticos, Organização da *Semana Venha nos Conhecer*, Organização da *Semana da Matemática*, monitorias e/ou estágios em colégios, etc. Cabe lembrar que cada uma destas atividades deverá ser regulamentada pelo Conselho de Curso, que deverá

ser informado sobre sua realização, de modo a se considerar uma carga horária a ela associada que possa fazer parte do histórico do aluno. (Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em Matemática, UNESP-Câmpus de Ilha Solteira, 2008)

Objetivando a apresentação da evolução das ideias e dos conceitos, evitando apenas uma visão histórica, é proposta a disciplina História da Matemática que tende a aguçar o senso crítico dos alunos frente ao desenvolvimento dos conceitos e do conhecimento matemático que continua em constante evolução, excluindo-se assim, a visão da Matemática como uma ciência pronta e acabada.

Por fim, as disciplinas optativas aparecem com o objetivo de aprofundar os conhecimentos do aluno em alguma área de sua preferência, uma vez que as disciplinas optativas podem abranger as três grandes áreas da Matemática, ou seja, Matemática Pura, Matemática Aplicada e Educação Matemática.

Em relação à avaliação interna do curso para uma provável reestruturação curricular, consta no Projeto Político Pedagógico, que essa apreciação seria feita pelo Conselho de Curso de Graduação em Matemática (CCGM) todo semestre, levando em consideração os relatórios de desempenho das disciplinas e relatórios de demandas das disciplinas emitido pela Diretoria Técnica Acadêmica, bem como as reivindicações dos discentes formalizadas ao conselho de curso.

De acordo com o Projeto Político Pedagógico, as avaliações de 2006 e 2007 realizadas pelo Conselho de Curso de Graduação em Matemática, em especial, o Relatório de Desempenho das Disciplinas e o Relatório de Demanda das Disciplinas, direcionam para a necessidade de uma reestruturação curricular que transforme disciplinas anuais em disciplinas semestrais, para que haja maiores possibilidades de recuperação pelos alunos.

### **3.4 Projeto Político Pedagógico 2014**

No ano de 2014, o curso de Licenciatura em Matemática da UNESP – Câmpus de Ilha Solteira atendia à legislação brasileira e da UNESP, seguindo os preceitos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 e as seguintes Resoluções e Pareceres, de acordo com o Projeto Político Pedagógico de 2014:

- Resolução Unesp Nº 03, de 05/01/2001 que “Dispõe sobre os princípios norteadores dos cursos de graduação no âmbito da Unesp” e

estabelece o prazo de dois anos, a partir de 2002, para que todos os cursos estejam ajustados às normas dessa resolução;

- Parecer CNE/CES 583/2001 de 04/04/2001 que tem como assunto a “orientação para as diretrizes curriculares para os cursos de graduação”;
- Parecer CNE/CP 9/2001 de 08/05/2001 que trata do assunto “Diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores da educação básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena”;
- Parecer CNE/CP 21/2001 de 06/08/2001 que “Estabelece a duração e a carga horária dos cursos de formação de professores da educação básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena”;
- Parecer CNE/CP 27/2001 de 02/10/2001 que “Dá nova redação ao item 3.6., alínea c, do Parecer CNE/CP 09/2001”;
- Parecer CNE/CP 28/2001 de 02/10/2001 que “Dá nova redação ao Parecer CNE/CP 09/2001, que estabelece a duração e a carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena”;
- Parecer CNE/CES 1.302 de 06/11/2001 e Resolução CNE/CES 3 de 18/02/2003 que “Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Matemática, Bacharelado e Licenciatura”;
- Resolução CNE/CP 2 de 19/02/2002 que “Institui a duração e carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior”. (Projeto Político Pedagógico de 2014, UNESP – Câmpus de Ilha Solteira, 2014, p. 5)

Além dessas legislações, os cursos de Licenciatura, a partir do 1º semestre de 2015, conforme Ofício 39/2014 de 01 de outubro de 2014 e do documento “Orientações para Reestruturação dos Cursos de Licenciaturas da UNESP” da Pró-Reitoria de Graduação da UNESP deveriam atender as seguintes Resoluções, Decretos e Deliberação:

- Resolução CNE/CP 1 de 18/02/2002 que “Institui as diretrizes curriculares para formação de professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena”;
- Resolução CNE nº 1 de 17/06/2004, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;
- Decreto Federal nº 5626 de 22/12/2005, que regulamenta a Lei Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000;
- Deliberação do Conselho Estadual de Educação CEE nº 111/2012 de 01/02/2012 que “Fixa Diretrizes Curriculares Complementares para a Formação de Docentes para a Educação Básica nos Cursos de Graduação de Pedagogia, Normal Superior e Licenciaturas, oferecidos pelos estabelecimentos de ensino superior vinculados ao sistema estadual”, alterada pela Deliberação CEE nº 126/2014 de 04/06/2014;

- Resolução CNE nº 2 de 15/06/2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares para a Educação Ambiental. (Projeto Político Pedagógico de 2014, UNESP – Câmpus de Ilha Solteira, 2014, p. 6)

Com base nas leis citadas, o Projeto Político Pedagógico é atualizado e é proposta uma reestruturação curricular no Curso de Licenciatura em Matemática de Ilha Solteira, para atender todas as legislações mencionadas.

O Projeto Político Pedagógico cita uma atenção especial ao cenário do ensino de Matemática no Brasil e a formação do professor de Matemática, tomando como base o baixo desempenho nas avaliações nacionais e internacionais (Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB, Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo – SARESP, Programme for International Student Assessment (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes) – PISA, Avaliação Nacional do Rendimento Escolar – Prova Brasil e outros). Especificamente, há uma preocupação com o conhecimento específico e com o conhecimento didático-pedagógico do conteúdo por parte dos futuros professores.

No ano em que foi desenvolvido o Projeto Político Pedagógico, o Curso de Licenciatura em Matemática de Ilha Solteira possuía parceria com escolas públicas do ensino básico da cidade de Ilha Solteira e da região, por meio de projetos que envolviam a participação de alunos e professores desse curso e das escolas. Os projetos em andamento no ano de 2014 eram: Pibid (UNESP/CAPES), no Ensino Fundamental e Médio; Projeto Interdisciplinaridade na Escola: currículos, concepções e práticas (Núcleo de Ensino Unesp Ilha Solteira); Tecnologia Aplicada à Educação (Unesp/Prefeitura Municipal de Ilha Solteira); Iniciação Científica do Ensino Médio (UNESP/Proex); Laboratório de Estatística Aplicável (UNESP/Proex); InterRobótica: Robótica Interdisciplinar na Escola (UNESP/Proex); e Desenvolvimento de Tecnologias Assistivas para o uso do Computador e Apoio Pedagógico para os alunos com Necessidades Educacionais Especiais (UNESP/Proex).

Os objetivos do curso de Licenciatura em Matemática, em sua estruturação curricular no Projeto Político Pedagógico de 2014, aparecem em cinco tópicos:

- Formação Específica: relacionada ao desenvolvimento de competências que façam com que o aluno compreenda conteúdos de diferentes áreas da Matemática, relacionem esses conteúdos entre si e outras áreas do conhecimento e seja capaz de situar o conhecimento matemático em

diversos contextos históricos, sociais, culturais e filosóficos.

- Formação Didático-Pedagógica: relacionada ao conhecimento sobre currículos de Matemática na Educação em nível Fundamental e Médio, as diferentes metodologias no ensino de Matemática, sobre a gestão escolar, sobre didática, sobre a legislação brasileira para a educação, sobre as políticas públicas e sobre processos de ensino e de aprendizagem de alunos com necessidades especiais.
- Formação Prática Reflexiva: relacionada a possibilidade do aluno compreender os aspectos envolvidos na cultura escolar e refletir sobre sua prática e sua responsabilidade social enquanto professor.
- Formação Transversal: relacionada ao desenvolvimento do conhecimento do aluno sobre a diversidade presente na escola e na sociedade, sobre ética, relações étnico-raciais e sobre história e cultura das diferentes comunidades, sobre democracia e igualdade.
- Formação para Pesquisa: objetiva que o aluno desenvolva habilidades que contribuam para que o futuro professor seja um pesquisador e profissional crítico

As competências a serem desenvolvidas, conforme o Parecer CNE/CP 9/2001, de 08 de maio de 2001, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, segundo o Projeto Político Pedagógico de 2014, no Curso de Licenciatura em Matemática da UNESP do Câmpus de Ilha Solteira são organizadas em seis pontos:

1. Competências referentes ao comprometimento com os valores inspiradores da sociedade democrática;
2. Competências referentes à compreensão do papel social da escola;
3. Competências referentes ao domínio dos conteúdos matemáticos a serem socializados, e de seus significados em diferentes contextos e de sua articulação interdisciplinar;
4. Competências referentes ao domínio do conhecimento pedagógico;
5. Competências referentes ao conhecimento de processos de investigação que possibilitem o aperfeiçoamento da prática pedagógica;
6. Competências referentes ao gerenciamento do próprio desenvolvimento profissional.

Ainda com base no Parecer CNE/CP 9/2001, de 08 de maio de 2001, o Projeto Político Pedagógico apresenta os conhecimentos segregados em 6 grupos que contém determinadas disciplinas, como apontado abaixo.

1. Cultura Geral e Profissional: Referente aos conhecimentos que contribuem ao desenvolvimento da sensibilidade, criatividade e imaginação, produzindo significado, interpretação e conexões de diferentes experiências. Neste grupo estão as seguintes atividades e disciplinas:

Tabela 6 – Atividades e disciplinas do grupo 1

Disciplinas	Fundamentos de Educação Matemática; Introdução à Ciência da Computação e às Tecnologias Interativas; Língua Portuguesa: Leitura e Produção de Textos; Novas Tecnologias Aplicadas ao Ensino de Matemática; Sociedade, Educação e Cultura.
Atividades Complementares	Atividades Acadêmico-Científico-Culturais; Estágio Supervisionado.

Fonte: Projeto Político Pedagógico (2014).

2. Conhecimento sobre crianças, jovens e adultos: Referentes aos conhecimentos relacionados a forma com que diferentes culturas são caracterizadas em diferentes faixas etárias e aos conhecimentos sobre as individualidades dos alunos com necessidades educacionais especiais. Neste grupo estão as seguintes disciplinas e atividades:

Tabela 7 – Atividades e disciplinas do grupo 2

Disciplinas	Didática; Prática de Ensino de Matemática e Estágio Supervisionado I, II, III e IV; Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem
Atividades Complementares	Estágio Supervisionado; Prática como Componente Curricular.

Fonte: Projeto Político Pedagógico (2014).

3. Conhecimento sobre a dimensão cultural, social, política e econômica da educação: Referente aos conhecimentos ligados à realidade social e política brasileira e os reflexos na educação, o papel social do professor, o debate das leis ligadas à infância, adolescência, educação e profissão, a questão sobre a ética e da cidadania, às múltiplas expressões culturais e a questão da possibilidade de associar todos esses temas. Nesse grupo estão inseridas as seguintes disciplinas e atividades:

Tabela 8 – Atividades e disciplinas do grupo 3

Disciplinas	Políticas Educacionais no Brasil; Prática de Ensino de Matemática e Estágio Supervisionado I, II, III e IV; Sociedade, Educação e Cultura.
Atividades	Estágio Supervisionado; Prática como Componente Curricular.

Fonte: Projeto Político Pedagógico (2014)

4. Conhecimento de Conteúdos Matemáticos: Esse grupo é referente aos conteúdos matemáticos que conduzam o aluno a construir uma visão ampla da Matemática. As disciplinas que integram esse grupo, segundo o Projeto Político Pedagógico, têm por objetivo possibilitar o aluno a expressar-se matematicamente via diferentes linguagens, compreender aspectos axiomáticos e lógicos presentes na Matemática, utilizar algoritmos matemáticos para a resolução de problemas, utilizar as ferramentas das novas tecnologias voltadas para a Matemática,

desenvolver a autonomia do aluno para que ele possa desenvolver atividades e sequências didáticas para o ensino de Matemática, desenvolver a capacidade de investigar em Matemática, empiricamente, abranger a estrutura abstrata presente na Matemática, além de concernir processos de raciocínio lógico dedutivo e abstração presentes na construção do conhecimento matemático. Em suma, as disciplinas presentes nesse grupo abrangem os conceitos e procedimentos que o futuro professor irá desenvolver com os alunos das séries finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, todavia engloba também conceitos avançados que definem uma sólida formação em Matemática, são elas:

Tabela 9 – Atividades e disciplinas do grupo 4

Disciplinas	Introdução à Teoria dos Números; Matemática Elementar; Álgebra Elementar; Desenho Geométrico e Geometria Descritiva; Geometria Analítica Plana; Geometria Analítica Espacial; Cálculo Diferencial e Integral I, II e III; Probabilidade e Estatística I e II; Álgebra Linear I e II; Cálculo Numérico; Estruturas Algébricas I e II; Equações Diferenciais Ordinárias; Geometria Euclidiana; Análise Real I e II; História da Matemática; Funções de uma Variável Complexa; Fundamentos de Física I e II; Optativa do Grupo de Disciplinas Específicas.
Atividades Complementares	Estágio Supervisionado; Prática como Componente Curricular.

Fonte: Projeto Político Pedagógico (2014).

5. Conhecimento pedagógico: Referente aos conhecimentos sobre a relação professor-aluno, gestão de sala de aula, organização do espaço e tempo, currículos e seus desenvolvimentos, planejamento, sequências didáticas, avaliação das situações didáticas, análises de situações educativas e de ensino complexas, pesquisas dos processos de aprendizagem da Matemática dos alunos e as metodologias diferenciadas e recursos didáticos para o Ensino de Matemática, como uso de jogos, Resolução de Problemas, Uso da História da Matemática, Uso de Novas Tecnologias e Modelagem Matemática. Nesse grupo estão as disciplinas e atividades:

Tabela 10 – Atividades e disciplinas do grupo 5

Disciplinas	Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem; Políticas Educacionais no Brasil; Conteúdos e Didáticas de Libras; Fundamentos de Educação Matemática; Didática; Educação, Sociedade e Cultura; História da Matemática; Didática da Matemática; Novas Tecnologias Aplicadas ao Ensino de Matemática; Prática de Ensino de Matemática com Estágio Supervisionado I, II, III e IV; Optativa do Grupo de Disciplinas Didático-Pedagógicas.
Atividades Complementares	Atividades Acadêmico-Científico-Culturais; Estágio Supervisionado; Prática como Componente Curricular.

Fonte: Projeto Político Pedagógico (2014)

6. Conhecimento advindo da experiência: Referente aos conhecimentos que são desenvolvidos ao realizar o estágio supervisionado, os conteúdos tratados

nos momentos destinadas à Prática como Componente Curricular e nas Atividades Acadêmico-Científico-Culturais. Neste grupo estão as seguintes disciplinas e atividades:

Tabela 11 – Atividades e disciplinas do grupo 6

Disciplinas	Probabilidade e Estatística I e II; Estruturas Algébricas I; Fundamentos de Educação Matemática; Didática; Geometria Euclidiana; Educação, Sociedade e Cultura; Optativa do Grupo de Disciplinas Didático-Pedagógicas; História da Matemática; Didática da Matemática; Novas Tecnologias Aplicadas ao Ensino de Matemática.
Atividades Complementares	Atividades Acadêmico-Científico-Culturais; Estágio Supervisionado; Prática como Componente Curricular.

Fonte: Projeto Político Pedagógico (2014).

Ao observar os quadros nota-se que existem disciplinas presentes em mais de um grupo. Segundo o Projeto Político Pedagógico isso ocorre porque há uma busca pela articulação entre os grupos de conhecimento definidos, dando ênfase a formação ampla que trata os temas propostos nos currículo de forma transcendental.

Sobre a estrutura curricular, o curso de Licenciatura tem, em 2015, um total de 2850 horas, distribuídas da seguinte forma:

- 2220 horas de disciplinas, incluindo 405 horas de Prática como Componente Curricular e sendo duas destas disciplinas optativas e obrigatoriamente, pelo menos 1 escolhida dentre as Disciplinas Optativas Didático-Pedagógicas;
- 420 horas de Estágio Supervisionado;

- 210 horas de Atividades Acadêmicos-Científico-Culturais, incluídas 60 horas de Oficinas Pedagógicas.

Citamos como mudança relevante o fato do regime de matrícula do curso tornar-se semestral e, 30% da carga do curso, isto é, 855 horas, serem destinadas a formação didático-pedagógica, com 405 horas de Prática como Componente Curricular (PCC), 390 horas de formação pedagógica e 60 horas de Oficinas Pedagógicas desenvolvidas como Atividades Acadêmico-Científico-Culturais.

Sintetizando, de acordo com o Projeto Político Pedagógico, a estrutura curricular adotada é a exposta na tabela abaixo.

Tabela 12 – Estrutura Curricular para os ingressantes de 2015

Estrutura Curricular								
Disciplina	Ano/ Semestr e	Créditos	Carga Horária Total	Carga Teórica	Carga Horária em Laboratório	Carga Horária de PCC	Carga Horária em Formação Pedagógica	Pré-requisitos
Geometria Analítica Plana	1º ano/ 1º sem	4	60	45	0	15	0	
Introdução à Ciência da Computação e às Tecnologias Interativas	1º ano/ 1º sem	4	60	30	30	0	0	
Desenho Geométrico e Geometria Descritiva	1º ano/ 1º sem	4	60	45	0	15	0	
Álgebra Elementar	1º ano/ 1º sem	4	60	30	0	30	0	
Matemática Elementar	1º ano/ 1º sem	4	60	45	0	15	0	
Introdução à Teoria dos Números	1º ano/ 2º sem	4	60	45	0	15	0	
Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem	1º ano/ 2º sem	4	60	60	0	0	60	
Cálculo Diferencial e Integral I	1º ano/ 2º sem	6	90	75	0	15	0	
Geometria Analítica Espacial	1º ano/ 2º sem	4	60	45	0	15	0	
Língua Portuguesa: Leitura e Produção de Textos	1º ano/ 2º sem	2	30	15	15	0	0	
Cálculo Diferencial e Integral II	2º ano/ 1º sem	4	60	60	0	0	0	Matemática Elementar; Álgebra Elementar.
Probabilidade e Estatística I	2º ano/ 1º sem	4	60	45	0	15	0	Matemática Elementar
Políticas Educacionais no Brasil	2º ano/ 1º sem	4	60	60	0	0	60	
Álgebra Linear I	2º ano/ 1º sem	4	60	45	0	15	0	Geometria Analítica Plana

Conteúdos e Didáticas de Libras	2º ano/ 1º sem	4	60	60	0	0	0	
Cálculo Diferencial e Integral III	2º ano/ 2º sem	4	60	60	0	0	0	Geometria Analítica Espacial; Cálculo Diferencial e Integral I
Probabilidade e Estatística II	2º ano/ 2º sem	4	60	45	0	15	0	Cálculo Diferencial e Integral I
Cálculo Numérico	2º ano/ 2º sem	4	60	30	30	0	0	Introdução à Ciência da Computação e às Tecnologias Interativas
Álgebra Linear II	2º ano/ 2º sem	4	60	60	0	0	0	Geometria Analítica Plana
Fundamentos de Física I	2º ano/ 2º sem	4	60	45	15	0	0	Cálculo Diferencial e Integral I
Fundamentos de Educação Matemática	3º ano/ 1º sem	4	60	30	0	30	45	
Prática de Ensino de Matemática com Estágio Supervisionado I	3º ano/ 1º sem	2	135	30	0	0	0	Conforme Resolução CNE/CP 2, de 19 de fevereiro de 2002, os alunos só poderão desenvolver as atividades de Estágio a partir do início da segunda metade do Curso.
Equações Diferenciais Ordinárias	3º ano/ 1º sem	4	60	45	15	0	0	Cálculo Diferencial e Integral I; Álgebra Linear I;
Estruturas Algébricas I	3º ano/ 1º sem	4	60	45	0	15	0	Álgebra Elementar; Introdução à Teoria dos Números
Fundamentos de Física II	3º ano/ 1º sem	4	60	45	15	0	0	Cálculo Diferencial e Integral I
Prática de Ensino de Matemática com Estágio Supervisionado II	3º ano/ 2º sem	2	75	30	0	0	0	Conforme Resolução CNE/CP 2, de 19 de fevereiro de 2002, os alunos só poderão desenvolver as atividades de Estágio a partir do início da segunda metade do Curso.
Educação, Sociedade e Cultura	3º ano/ 2º sem	4	60	30	0	30	30	
Estruturas Algébricas II	3º ano/ 2º sem	4	60	60	0	0	0	Álgebra Elementar; Introdução à Teoria dos Números
Geometria Euclidiana	3º ano/ 2º sem	6	90	60	0	30	0	
Didática	3º ano/ 2º sem	4	60	45	0	15	45	

Análise Real I	4º ano/ 1º sem	4	60	60	0	0	0	Cálculo Diferencial e Integral I
História da Matemática	4º ano/ 1º sem	6	90	60	0	30	60	Cálculo Diferencial e Integral I
Prática de Ensino de Matemática com Estágio Supervisionado III	4º ano/ 1º sem	2	135	30	0	0	0	Prática de Ensino de Matemática com Estágio Supervisionado I
Funções de uma variável Complexa	4º ano/ 1º sem	4	60	60	0	0	0	Cálculo Diferencial e Integral II
Optativa do Grupo de Disciplinas Didático-Pedagógicas	4º ano/ 1º sem	4	60	30	0	30	30	
Prática de Ensino de Matemática com Estágio Supervisionado IV	4º ano/ 2º sem	2	75	30	0	0	0	Prática de Ensino de Matemática com Estágio Supervisionado II
Análise Real II	4º ano/ 2º sem	4	60	60	0	0	0	Cálculo Diferencial e Integral I
Didática da Matemática	4º ano/ 2º sem	4	60	30	0	30	30	
Novas Tecnologias Aplicadas ao Ensino de Matemática	4º ano/ 2º sem	4	60	30	0	30	30	
Optativa	4º ano/ 2ºsem	4	60	60	0	0	0	
Totais			2220			405	390	

Fonte: Projeto Político Pedagógico (2014).

Tabela 13 – Disciplinas Optativas Didático-Pedagógicas

<b>Grupo de Disciplinas Optativas Didático-Pedagógicas</b>				
<b>Disciplina</b>	<b>Créditos</b>	<b>Carga Horária</b>	<b>PCC</b>	<b>Formação Pedagógica</b>
Etnomatemática	4	60	30	30
Resolução de Problemas: Teoria e Prática	4	60	30	30
Jogos Matemáticos como Recurso Didático	4	60	30	30
História da Matemática na sala de aula	4	60	30	30
Modelagem no Ensino de Matemática	4	60	30	30

Fonte: Projeto Político Pedagógico (2014).

Tabela 14– Disciplinas Optativas Específicas

<b>Grupo de Disciplinas Optativas Específicas</b>		
<b>Disciplina</b>	<b>Créditos</b>	<b>Carga Horária</b>
Introdução aos Espaços Métricos	4	60
Análise do $\mathbb{R}^n$	4	60
Introdução à Geometria Diferencial	4	60
Introdução às Geometrias não-euclidianas	4	60
Introdução à Teoria de Códigos	4	60
Introdução às Curvas Algébricas Planas	4	60

Fonte: Projeto Político Pedagógico de 2014

Este Projeto Político Pedagógico e, conseqüentemente, essa estrutura curricular permanece vigente até o presente momento, ano de 2019.

## **4 ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS**

Na etapa anterior da pesquisa tínhamos como propósito principal estudar o surgimento do Departamento de Matemática da UNESP de Ilha Solteira, a influência dos professores desse Departamento para a criação do curso de Licenciatura em Matemática e o desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico do Curso e suas mudanças ao longo dos últimos dezesseis anos, de acordo com a visão dos professores que, em sua maioria, fazia parte do Departamento de Ciências e/ou do Departamento de Matemática. Nesta etapa seguinte, o método de coleta de dados que utilizamos foi um questionário (Anexo 1) dividido em duas partes: a primeira referente aos dados pessoais e acadêmicos e a segunda sobre a história profissional.

Os questionários foram enviados a 28 professores via e-mail pela primeira vez no dia 11 de outubro de 2018, entretanto, para a elaboração dessa dissertação tivemos apenas 14 questionários respondidos na íntegra ou parcialmente.

Em nossa organização, dividimos os professores que responderam os questionários em três gerações: 1ª Geração – os que estavam na Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira no ano de sua criação (1977); 2ª Geração – os que acompanharam a criação do Departamento de Ciências (1983) e 3ª Geração – os que estiveram presentes no desmembramento desse Departamento em três novos Departamentos (1995) e nas iniciativas de criação do curso de Licenciatura em Matemática (1998 – 2002). Alguns professores participaram de mais de uma geração, como, por exemplo, o professor Clodney Falqueiro que iniciou suas atividades na FE/IS – UNESP no ano de 1997 e encerrou em 2013. Assim, para fins de análise, consideramos o ano de início das atividades do docente na UNESP de Ilha Solteira, para definir a geração em que ele seria incluído.

### **4.1 Primeira geração de professores**

Nesta geração incluímos os professores que estavam presentes nos primeiros momentos da UNESP – Câmpus de Ilha Solteira, ou seja, os professores que iniciaram suas atividades entre os anos de 1977 e 1979. Com base nos dados obtidos por meio dos documentos consultados e pelas respostas obtidas ao questionário, incluímos dois professores: Alfredo Jorge Aragona Vallejo (1938 – 2019) e Clodney Falqueiro.

O Professor Alfredo Jorge Aragona Vallejo não respondeu o questionário, mas por e-mail considerou que não teria o que acrescentar a nossa pesquisa. Informou que sua passagem por Ilha Solteira foi de agosto de 1977 até o final de 1979 e justificou que, nesse período, a preocupação era a instalação dos cursos de Engenharia. O Professor Jorge Aragona estava doente e faleceu em 2019.

O Professor Clodney Falqueiro é graduado em Matemática pela Faculdade de Ciências Gerenciais Ministro Tarso Dutra, em Dracena, começou um curso de Engenharia Civil, mas por motivos financeiros teve de desistir, escolhendo assim graduação em Matemática. O Professor Clodney reside em Ilha Solteira desde abril de 1970 e iniciou sua jornada na FE/IS – UNESP no dia 10 de abril de 1977, ou seja, um dia antes do início das atividades da Universidade. Nesse momento, os cursos da Faculdade eram todos ligados às engenharias. Segundo o Professor Clodney,

A equipe encarregada de implantar os cursos de engenharia veio da Escola de Engenharia de Lins, onde eu tinha começado a fazer Engenharia Civil, o coordenador dessa equipe, prof. Jairo Porto, tinha sido meu professor, então me convidou para dar aulas de Desenho Técnico e Geometria Descritiva, a única exigência era que eu tivesse curso superior, e na época eu já tinha feito Matemática. (Clodney, 2018)

O Professor Clodney trabalhou na UNESP – Câmpus de Ilha Solteira até o dia 12 de Julho de 2013 e acompanhou a criação do Departamento de Ciências, o desmembramento desse Departamento que gerou o Departamento de Matemática e a criação do curso de Licenciatura em Matemática, entretanto, como sempre trabalhou em Regime de Tempo Parcial, limitava-se às aulas e pouco participava das decisões departamentais e administrativas.

## **4.2 Segunda geração de professores**

Consideramos da segunda geração de professores aqueles que estiveram presentes na década de implantação do Departamento de Ciências. Assim, nessa geração, incluem-se os professores que iniciaram suas atividades na Unidade entre os anos de 1980 e 1989. Nessa geração estão inclusos 9 professores que responderam o questionário.

O Professor Marcos Vieira Teixeira, doutor em Educação Matemática pela UNESP de Rio Claro e filho de um professor de Matemática, que o influenciou em sua escolha profissional, foi docente da UNESP de Ilha Solteira de 1980 até o início de 1983. Ele não acompanhou alguma mudança departamental e ao responder o

questionário considerou que não participou ou presenciou a criação do Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em Matemática. Entretanto, ao analisarmos a Proposta de Criação do Curso seu nome aparece como um dos professores colaboradores em virtude do material que foi oferecido e, segundo a Proposta de Criação do Curso, ele teve influência na elaboração do projeto de criação do Curso de Licenciatura.

O Professor José Marcos Lopes, Licenciado em Matemática pela UNESP de São José do Rio Preto, doutor em Engenharia Elétrica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e Livre Docente em Cálculo Numérico pela UNESP de Ilha Solteira, aparece como um dos professores colaboradores na proposta de criação do Curso de Licenciatura em Matemática da FEIS. Ele trabalhou na UNESP de Ilha Solteira de 15 de fevereiro de 1980 até 22 de abril de 2016. Segundo suas respostas ao questionário, ao iniciar suas atividades nessa universidade trabalhou no que chamavam de Comissão, algo semelhante a um Departamento, que na época não existia, de acordo com ele, em razão do número reduzido de doutores na Unidade. Acompanhou a criação do Departamento de Ciências e pontua a qualificação dos doutores para que houvesse um desmembramento desse departamento, gerando assim o Departamento de Matemática e o Departamento de Física e Química.

Em relação à influência do Departamento de Matemática na criação do Curso de Licenciatura em Matemática, o Professor José Marcos fala sobre sempre atuar para formar bons engenheiros, mas assinala os baixos índices de produtividade do Departamento de Matemática em comparação com outros Departamentos da FEIS. Ainda destaca os professores João Toledo da Silva e Luis Fernando de Oliveira na iniciativa da proposta de criação do Curso de Licenciatura e considera pequena a sua participação na criação do Projeto Político Pedagógico. Cita que ajudou na escolha das disciplinas e escreveu a ementa de algumas disciplinas, destacando as disciplinas de Programação Linear e Cálculo Numérico.

A Professora Dalva Maria de Oliveira Villarreal, Licenciada em Matemática e doutora em Engenharia Elétrica pela Universidade de São Paulo, iniciou suas atividades na Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira em março de 1980 e continua atuando como docente nessa Unidade Universitária, inclusive, ministrou algumas disciplinas que eu cursei na graduação entre 2014 e 2017. A Professora Dalva considera o Departamento de Matemática protagonista na criação do curso de

Licenciatura em Matemática e considera também a força da legislação vigente como uma impulsão para UNESP na criação do Curso, já que a lei previa que a Universidade tivesse um determinado percentual de vagas no período noturno.

O Professor Edison Righetto, formado em Matemática pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro (FAFI) (atual UNESP de Rio Claro), iniciou a graduação em Física nessa mesma Faculdade, entretanto, teve de mudar de curso em virtude das dificuldades financeiras que se passa nesse curso de Física. Começou a lecionar nos cursos de Ciências Sociais e Pedagogia na faculdade em que se formou (FAFI) e foi transferido para a Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira em 1982. O Professor Righetto aposentou-se, porém continua ministrando aulas nesse Departamento de Matemática até os dias atuais e considerou que as perguntas sobre a estrutura departamental, a criação do curso de Licenciatura em Matemática e seu Projeto Político Pedagógico não o cabem.

O Professor Luis Antonio Fernandes de Oliveira é licenciado em Ciências com habilitação em Matemática pela Universidade Federal de São Carlos e doutor em Matemática Aplicada pelo Instituto de Matemática e Estatística – IME USP. Ele aparece como Professor colaborador na Proposta de Curso de Licenciatura e é citado pelo Professor José Marcos Lopes como um dos professores idealizadores da iniciativa da criação desse curso. O Professor Luis Antonio iniciou suas atividades na UNESP de Ilha Solteira como Auxiliar de Ensino, cargo que já não existe, em 27 de julho de 1983 e até hoje trabalha nessa Unidade Universitária, inclusive é um dos professores de quem também fui aluna durante minha graduação entre os anos de 2014 e 2017.

Ao responder o questionário o Professor Luis Antonio afirma que, na década de 1980, alguns docentes da Área de Matemática já pensavam na criação do curso como forma de sedimentar e solidificar o grupo de docentes com quem ele participava no Departamento. O Professor Luis Antonio, em conformidade com os documentos, cita que a proposta foi elaborada sob a coordenação do Professor João Toledo da Silva e cita como professores colaboradores apenas ele, o Professor Ernandes Rocha de Oliveira e a Professora Roseli Arbach Fernandes de Oliveira. Assim como descreveu a Professora Dalva Maria, o Professor Luis Antonio considera que o estímulo da criação do Curso de Licenciatura em Matemática por parte da reitoria vem em concordância com a lei que obrigava as universidades a oferecerem 30% das vagas no período noturno. Cita então que, em 2001, a reitoria

“desengavetou” as propostas e criou o curso de Licenciatura em Matemática na UNESP – Câmpus de Ilha Solteira.

Em relação ao Projeto Político Pedagógico, o Professor Luis Antonio coloca-se como coordenador da criação do PPP e pontua:

A proposta inicial do curso era de criar uma “licenciatura forte”, com embasamento teórico que permitisse aos egressos tanto o exercício da docência no ensino fundamental e médio, como a continuidade numa pós-graduação. O PPP e a matriz curricular foram construídos sob tal perspectiva, sempre com discussões entre os docentes do curso e aprovação no Conselho de Curso. Em 2003 a Reitoria, via PROGRAD, solicitou que os seis cursos de licenciatura em matemática definissem um núcleo comum. Após várias reuniões fixou-se a matriz curricular, sendo o curso do câmpus de Bauru o único que não se enquadrou. A grande alteração na proposta inicial foi a semestralização. Originalmente, todas as disciplinas eram anuais, o que se mostrou ineficaz já que as opções na grade curricular de um curso noturno são extremamente restritas. (Luis, 2018)

O Professor Marcelo Reicher Soares foi docente do Departamento de Matemática do Câmpus de Ilha Solteira de maio de 1986 até março de 2010. É licenciado em Matemática e, segundo ele, a escolha pelo curso foi feita, curiosamente, em razão de seu amor pela Filosofia. Como na academia de Platão não entrava quem não soubesse Geometria, Marcelo decidiu estudar Matemática. Considera que teve um ensino de qualidade durante sua Educação Básica, sempre em escolas públicas, com professores de Matemática dedicados e competentes. Em virtude do período em que cursou o Ensino Básico, entre 1969 e 1980, presenciou docentes sendo levados presos em decorrência de seus posicionamentos políticos durante a ditadura militar.

O Professor Marcelo ingressou na UNESP na época em que existia o Departamento de Ciências e acompanhou o seu desmembramento, considerando que

Apesar da divisão, os novos departamentos ainda abrigaram docentes com formação diversas. Assim é que, no Departamento de Matemática tínhamos, além dos docentes da Matemática, docentes de desenho, computação e estatística. Já o Departamento de Física tinha docentes de Física e de Química. (Marcelo, 2018)

Segundo ele, a iniciativa da criação do curso veio de uma comunidade de professores do Departamento de Ciências, mas a proposta acabou sendo rejeitada, em um primeiro momento, pela reitoria. Posteriormente, quando os docentes já compunham o Departamento de Matemática, foi criado o curso de Licenciatura em

Matemática juntamente com outros cursos. O Professor Marcelo participou da proposta inicial, quando ainda existia o Departamento de Ciências e da proposta aprovada para a criação do curso.

Em relação à elaboração das propostas, o Professor Marcelo conclui

Para a elaboração da primeira proposta ocorreram diversas reuniões envolvendo os docentes da matemática, as tarefas foram divididas e tivemos como resultado um curso que tinha um perfil de bacharelado em matemática. No entanto, quando da aprovação do curso, a UNESP tinha o propósito de abrir cursos de licenciatura assim, ocorreram mudanças significativas na proposta para atender as necessidades de transformar um bacharelado em uma licenciatura. (Marcelo, 2018)

A Professora Roseli Arbach Fernandes de Oliveira é Bacharel em Matemática. Cursou o Ensino Básico, com metodologia tradicional, entre os anos de 1965 e 1975 e escolheu o curso de graduação em Matemática em razão da influência de um professor de Matemática da antiga quarta série ginásial, hoje denominado nono ano, professor que, segundo a Professora Roseli, era um dos mais odiados das escolas, porém, adorado por ela. A Professora Roseli ingressou na UNESP – Câmpus de Ilha Solteira via concurso, no ano de 1986, integrando o extinto Departamento de Ciências e acompanhou o desmembramento desse Departamento, uma vez que atua até hoje na Unidade.

Em relação à criação do curso de Licenciatura, a Professora Roseli pontua que era um antigo anseio dos professores da Área de Matemática e os membros que compunham o Departamento se empenharam bastante na sua criação. Ela não participou da elaboração do Projeto Político Pedagógico, porém participou da criação da Matriz Curricular e ajudou a montar as ementas de algumas disciplinas. A Professora Roseli cita ajuda de alguns professores de outras unidades da UNESP que contribuíram com sugestões e orientações para a proposta de Criação do Curso:

Trouxemos alguns professores de outros cursos de Licenciatura em Matemática da UNESP que deram sugestões e orientações para a criação do curso. Lembro que convidamos os professores Higyno do IBILCE e a Professora Lourdes Onuchic de Rio Claro. (Roseli, 2018)

O Professor Antônio Aparecido Andrade relatou sua jornada durante o Ensino Básico. Estudante de uma escola rural em Tabatinga – SP, durante os três primeiros anos, de 1970 a 1972, apanhou muito na escola de três professoras. No seu 4º ano ia à cavalo para a escola, gastando cerca de 1h30min em 10 km de percurso. Estudou até o terceiro colegial em Tabatinga e o seu professor de

Matemática a partir do 6º ano, Rubens Quarteiro, o incentivou na escolha do curso de graduação. O Professor Antônio Aparecido Andrade é licenciado em Matemática pela UNESP – Câmpus de Rio Preto e trabalhou como docente na UNESP – Câmpus de Ilha Solteira do dia 10 de junho de 1989 ao dia 25 de junho de 1991. Segundo o Professor Antonio, quando assumiu o cargo em Ilha Solteira não havia um Departamento, apenas uma coordenação de área, denominada de Coordenação de Área em Ciências, em virtude do número reduzido de doutores: deviam ser 3 e haviam apenas 2. Segundo o Professor Antônio, formou-se o Departamento de Ciências com a chegada de uma doutora e pontua:

E assim, foram chegando outros doutores. Sempre a coordenação mantinha pelos menos três docentes afastados integralmente por ano para a realização do doutorado, uma vez que os interessados nesses afastamentos eram apenas os que tinham o título de mestre. Eram poucos os que não eram mestres. (Antônio, 2018)

O Professor Antônio foi responsável por levar o Professor Hygino Hugueros Domingues, docente do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da UNESP (IBILCE – UNESP), citado pela Professora Roseli, para uma palestra no Câmpus de Ilha Solteira e para ajudar os docentes do Departamento na montagem do Curso de Licenciatura em Matemática.

A Professora Zulind Luzmarina Freitas, mais uma docente dessa geração, é formada em Engenharia Civil, possui mestrado também em Engenharia Civil e doutorado em Educação para Ciências. É docente na UNESP – Câmpus de Ilha Solteira desde 1989. Atuava profissionalmente como Engenheira Civil, porém, ao mudar-se para Ilha Solteira, aproximou-se de docentes da FEIS e começou a vislumbrar a possibilidade de atuar como docente. Assim, prestou uma prova para uma vaga no ano de 1989 e ingressou como professora do Departamento de Ciências.

A Professora Zulind presenciou a divisão do Departamento de Ciências. Segundo ela, o grupo de professores de Química se juntou ao grupo de professores de Física e formaram o Departamento de Física e Química e o grupo de docentes da Matemática se juntou aos docentes da área de Representação Gráfica e formaram o Departamento de Matemática.

Em relação à iniciativa para criação do curso, a Professora Zulind respondeu:

Essa iniciativa surgiu de colegas que acreditavam na importância da criação de um curso, para os docentes dar aulas apenas para as engenharia, não

preenchia a necessidade de docentes para dar seguimento a essa área. Eu particularmente penso que essa importância de lutar por um curso dizia respeito e era uma necessidade principalmente dos docentes que vinham dessa área de formação. Acho porém, que a justificativa na época foi focada na demanda da região. (Zulind, 2018)

A Professora Zulind cita também a necessidade de alguns docentes de se inserirem na área de conhecimento que eram formados, impulsionando assim a iniciativa de criação do Curso de Licenciatura em Matemática. A Professora Zulind respondeu que não participou da criação do Projeto Político Pedagógico e da criação da matriz curricular.

### **4.3 Terceira geração de professores**

Consideramos da terceira geração, os professores que atuavam na UNESP – Câmpus de Ilha Solteira no Departamento de Matemática e/ou Departamento de Ciências de 1990 a 2002, lembrando que na década de 1990 foi criado o Departamento de Matemática e, em 2002, teve início as atividades do curso de Licenciatura em Matemática. Nesta geração incluímos três professores: Ernandes, Célia, Rita e Lilian.

O Professor Ernandes Rocha de Oliveira deu início às suas atividades na UNESP – Câmpus de Ilha Solteira em 1990. O Professor Ernandes é licenciado em Matemática pelo Instituto de Matemática e Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), mestre em Matemática pela mesma instituição e doutor em Matemática pelo Instituto de Matemática e Estatística da Universidade de São Paulo (IME – USP).

Nascido em 1963, teve seu primeiro ano escolar com 7 anos em uma escola particular. Segundo o Professor Ernandes, um fato que o marcou foi ser o único aluno negro em toda escola. Além disso, ele se recorda da substituição de uma professora negra da instituição, cujo motivo não está esclarecido para ele até hoje.

O Professor Ernandes se interessou por História em virtude de uma peça teatral que escreveu, produziu e interpretou em grupo, aos 9 ou 10 anos de idade, mas pouco se lembra das aulas de Matemática. Suas lembranças resumem-se às avaliações escritas e arguições orais.

Segundo o docente, o que o influenciou para a escolha do curso de Matemática foi a letra M. Acreditando que não seria aprovado no vestibular de Medicina, optou por Matemática e não sabe ao certo o porquê. Na época, em sua

universidade, mesmo ao optar por Matemática, no primeiro ano haviam 4 opções a seguir no final do segundo ano: Licenciatura em Matemática, Bacharelado em Matemática, Estatística e o curso de Atuária. A primeira opção do Professor Ernandes era Estatística, todavia, por sua falta de afinidade com computadores e a sua aproximação com o grupo de Licenciatura, foram determinantes para a mudança na escolha, optando pela Licenciatura.

Em relação à Pós-Graduação, sua dúvida era tentar ingressar no Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA) ou permanecer no Instituto de Matemática da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IM – UFRJ). Optou pela segunda opção e durante o mestrado lecionou na escola básica em uma escola privada e em curso superior da Universidade Católica de Petrópolis.

O Professor Ernandes iniciou suas atividades na UNESP – Câmpus de Ilha Solteira como professor assistente em 1990, por concurso, e cita em relação à estrutura departamental da UNESP, que recorda-se do desmembramento do Departamento de Ciências no Departamento de Matemática e Departamento de Física e Química, enfatizando que as mudanças não foram simples. Segundo ele, ao passo que muitos docentes da área de Física já cursavam o doutorado, a área da Matemática era apenas um agrupamento de pessoas sem muitos interesses em comum. Mesmo não participando das discussões sobre a divisão do Departamento de Ciências, o Professor Ernandes relata que presenciou muitas situações desagradáveis.

Como relatado, quando ele ingressou na UNESP já haviam conversas sobre a criação de um curso de graduação em Matemática no Câmpus de Ilha Solteira. Segundo o Professor Ernandes, os docentes eram divididos em dois grupos: os que queriam licenciatura e os que eram a favor do bacharelado. O Professor Ernandes pontua quanto às discussões:

O curso de Licenciatura que estava sendo proposto era, na minha opinião, uma verdadeira aberração proposta por um professor não sei se de Rio Preto ou Guaratinguetá. Parecia um curso de Ensino Médio e tinha o apoio do professor Paulo Isamo. Com o passar do tempo outras pessoas foram convidadas a sugerir, dentre elas o professor João Frederico Meyer da Unicamp com uma proposta de bacharelado em Matemática Computacional. A primeira proposta redigida era de um curso de Licenciatura em Matemática Computacional (não me lembro se tinha exatamente esse nome). Com parecer da própria professora Maria Bicudo então Pró-Reitora de Graduação esse curso foi negado e uma das justificativas era a não existência de uma tal licenciatura, que se reformulasse todo o processo de acordo com o que existia (Licenciatura Plena em Matemática) e que a proposta fosse

apresentada por uma comissão que pelo menos tivesse um Professor Doutor. Esse projeto foi abandonado até o retorno do professor João Toledo da Silva de seu doutorado. (Ernandes, 2019)

O Professor Ernandes cita que acha difícil estabelecer uma influência do Departamento de Matemática na criação do curso, pois considera que existiam apenas pessoas interessadas, como os professores João Toledo, Paulo Isamo, Walter Valério e até ele mesmo. O Professor Ernandes teve participação na elaboração do Projeto Político Pedagógico do curso, na etapa em que o Professor João Toledo presidia a comissão, entretanto, quando o Professor João Toledo se aposenta, outro grupo assume o Departamento de Matemática e ele é mantido afastado das discussões. O Professor Ernandes ainda ressalta:

Mesmo aprovado quase o projeto foi destruído. Excetuando o professor Paulo Isamo, ninguém que estava na comissão de adequação trabalhou na proposta inicial e alguns que lá estavam ainda eram contrários à existência do curso. Foi um período muito ruim de gestão do departamento de Matemática. (Ernandes, 2019)

A Professora Célia Aparecida dos Reis iniciou suas atividades na UNESP – Câmpus de Ilha Solteira em 1991. A docente é licenciada e mestre em Matemática e acredita que sua experiência como aluna do Ensino Básico, na década de 1970, não influenciou na escolha de sua graduação. A Professora Célia queria mesmo fazer graduação em Física, entretanto não existia esse curso na Universidade Federal de Uberlândia (UFU) (Célia residia em Uberlândia) e, por isso, teve de escolher entre alguma Engenharia ou Matemática, optando por Matemática. Ingressou na FEIS em agosto de 1991, por concurso. Trabalhou até dezembro de 2013 na unidade, transferiu-se para a UNESP – Câmpus de Bauru em 2014, onde ficou durante 4 anos, até abril de 2018, retornando ao Departamento de Matemática do Câmpus de Ilha Solteira.

A Professora Célia fez parte do Departamento de Ciências e estava presente em seu desmembramento. Em relação à criação do Curso de Licenciatura em Matemática da FEIS, a Professora Célia pontua que inicialmente havia uma proposta de um curso de Matemática diferenciado, que integraria áreas de conhecimentos diferenciados. Ela participou dessa proposta, segundo ela juntamente com a Professora Helenice de Oliveira Florentino Silva, do Instituto de Biociências de Botucatu e com o Professor Emanuel Rocha Woiski da Engenharia Mecânica. A Professora Célia acrescenta que, depois de chegar em Ilha Solteira, foi participar de

um congresso em São Paulo para buscar subsídios para elaboração daquela proposta.

A Professora Célia pontua que mesmo com esse trabalho para elaboração de uma proposta diferenciada, o Departamento de Matemática seguiu outra vertente:

O departamento, baseado em demandas na região, optou por um curso de Licenciatura em Matemática diferenciada, resultando no curso implantado. Vale lembrar que essa elaboração de proposta ainda remonta ao Departamento de Ciências. (Célia, 2018)

A Professora Célia acompanhou as discussões para alterações e pesquisas de demandas para o curso ser implantado, mas, após essa fase, não participou ativamente da criação do curso de Licenciatura em Matemática em decorrência de seu doutoramento que ocorreu simultaneamente.

A Professora Rita de Cássia Pavan Lamas é Bacharel em Matemática, mestre em Matemática e doutora em Engenharia Elétrica e foi docente da UNESP – Câmpus de Ilha Solteira de 1992 a 2001. Entretanto, afastou-se para o doutoramento de 1996 a 2000 e, em virtude desse afastamento, não participou ativamente da criação do Curso de Licenciatura em Matemática e não ministrou aulas no Curso de licenciatura em Matemática em razão de sua transferência para o Departamento de Matemática do Câmpus da UNESP de São José do Rio Preto.

A Professora Lilian Yuli Isoda é bacharel em Matemática, mestre em Matemática Aplicada e doutora em Engenharia Elétrica. Coursou os primeiros anos do Ensino Básico em uma escola rural no município de Jacareí – SP, cujas estruturas físicas eram mantidas pela comunidade japonesa local. A Professora Lilian enfrentou dificuldades inicialmente com a língua portuguesa, já que sua língua materna era o idioma japonês. Em contrapartida, sempre se destacou na área de exatas. A Professora Lilian acredita que essa facilidade com a área a levou a escolha do curso de graduação.

A Professora Lilian ingressou na Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira, onde é docente até hoje, no ano de 1992 via concurso público, logo após a obtenção do título de mestre, compondo o Departamento de Ciências e presenciando a divisão desse Departamento nos Departamentos de Matemática e de Física e Química. Em relação ao momento da separação dos departamentos, a Professora Lilian (2018) pontua “foi um momento traumático, pois o sentimento era que tínhamos levado desvantagens em tudo: divisão do espaço físico, divisão do material humano (funcionários)”.

Em relação à criação do curso de Licenciatura em Matemática, a Professora Lilian acredita que mesmo antes de ingressar na UNESP, os professores da área de Matemática que faziam parte do Departamento de Ciências almejavam a criação do curso, porém em virtude da falta de políticas para implantá-lo, isso não ocorreu. Apenas anos mais tarde, pela necessidade de oferecer cursos noturnos e o apelo para serem cursos de licenciatura, os docentes, segundo a Professora Lilian, tem o apoio da reitoria. Vale ressaltar que, na época, o Departamento de Matemática já existia.

A Professora Lilian não participou da criação do primeiro Projeto Político Pedagógico, entretanto participou da criação do PPP de 2015, citado no capítulo anterior. A Professora Lilian considera a respeito do PPP de 2015:

Essa reestruturação foi liderada pelos professores Inocêncio F. Balieiro Filho, Jaime A. Rodriguez e Ernandes R. de Oliveira. Esses professores contaram com auxílio de outros membros do Conselho de Curso de Graduação em Matemática. Este processo foi necessário para adequação às exigências do Conselho Estadual de Educação. (Lilian, 2018)

E conclui que, no momento (2018), o curso está passando por um novo processo de reestruturação para atender às exigências de uma nova lei federal.

#### **4.4 Uma visão geral dos questionários**

Com base nos questionários respondidos, temos algumas colocações ao analisá-los: primeiramente, sobre a formação dos professores. Ao tratarmos do Ensino Básico, a maioria deles vivenciou um método de ensino tradicional, porém, ao olharmos para a graduação temos professores licenciados em Matemática e professores bacharéis em Matemática, com pontuais exceções que não se enquadram nesses dois cursos. A grande divergência está na pós-graduação, já que os docentes têm formações em áreas distintas e muitos são doutores em Engenharia.

De acordo com os questionários, a formação do Departamento de Ciências só foi possível com o aumento do número de doutores, uma vez que, na época, eram necessários no mínimo três doutores para a criação de um departamento, e também, é esse fato que impulsiona o desmembramento daquele departamento nos dois novos departamentos. O Departamento de Matemática é oriundo da junção dos professores da área de Matemática, Representação Gráfica, Computação e Desenho. Nos questionários respondidos pelos docentes, os professores não citam

os argumentos relatados nos documentos que tratam sobre o desmembramento do Departamento de Ciências que analisamos.

Em relação à criação do curso de Licenciatura em Matemática, pontuamos que a iniciativa de constituição de um curso, já surge no Departamento de Ciências com os professores da área de Matemática, entretanto, a proposta não é acatada pela Reitoria da UNESP, que posteriormente retoma a proposta de criação, após o surgimento do Departamento de Matemática, impulsionado pelo artigo 253, parágrafo único, da Constituição Estadual de 1989, que determina que as universidades estaduais paulistas deveriam destinar, no mínimo, um terço de suas vagas para cursos noturnos.

A opção pela modalidade licenciatura, pelo que se nota nos questionários, está ligada a uma demanda regional da época e a um apelo da reitoria. Alguns professores ao responder os questionários salientam que é necessário que se tenha um curso com “perfil de bacharel”, uma “licenciatura forte” (termo utilizado em um dos questionários), “licenciatura em Matemática diferenciada”, possivelmente pela formação dos professores que influenciaram na formação do Curso de Licenciatura em Matemática, da Proposta Político Pedagógica e da Matriz Curricular desse curso.

## 5 CONSIDERAÇÕES

### 5.1 Algumas interpretações e análises

Os dados aqui apresentados nos mostram que o Departamento de Matemática, quando foi criado, não era formado por professores que já desenvolviam projetos de pesquisas em conjunto ou que estavam organizados em grupos ou linhas de pesquisa. Isso talvez possa ser explicado pelo fato de que o Departamento de Ciências é criado como o intuito de ser um departamento prestador de serviço para os cursos de engenharia. Dessa forma, no desmembramento do Departamento de Ciências, o que foi considerado para que um docente fizesse parte do Departamento de Matemática era a sua atuação em disciplinas de Matemática, Matemática Aplicada, Representação Gráfica e Desenho Geométrico nos cursos de Engenharia.

Nesse processo de criação do Departamento de Matemática, já havia docentes que tinham interesse em propor a criação de um curso, mas não havia um acordo sobre o curso que seria criado (Licenciatura em Matemática, Bacharelado em Matemática, ou outra opção). Tal fato, talvez possa ser explicado como reflexo da formação heterogênea dos professores, o que, em consequência, gerava diferentes interesses. Uma primeira proposta que foi efetivamente encaminhada para a reitoria era a da criação de um curso (Licenciatura em Matemática Computacional, segundo o Prof. Ernandes e Bacharelado, segundo o Prof. Marcelo), que recebeu parecer desfavorável, elaborado pela Profa. Maria Aparecida Viggiani Bicudo, que na ocasião era a pró-reitora de Graduação da UNESP. Foi recomendada a revisão da proposta e que uma nova proposta fosse apresentada por uma comissão que tivesse, ao menos, um professor doutor.

Os dados obtidos mostram que a proposta de criação de um curso pelo Departamento de Matemática só foi retomada em 2001, em função da necessidade de cumprimento do artigo 253 da Constituição Paulista de 1989 (São Paulo, 1989), que determina que as instituições públicas estaduais de ensino superior devem ofertar no período noturno uma quantidade de vagas equivalente a, pelo menos, um terço do total das suas vagas. Com isso, a reitoria apoiou a criação de um Curso pelo Departamento de Matemática, mas houve um apelo para que fosse um curso de Licenciatura. Essa determinação foi justificada por haver uma demanda de

formação de professores, porém também pode ser explicada pelo baixo custo de implementação de cursos de Licenciatura. Percebemos, por meio da análise dos dados, que, nesse momento, não havia um núcleo de discussões sobre uma proposta de Curso estabelecido no Departamento. Com a criação de uma Comissão para a elaboração da proposta de Curso, professores de diferentes unidades (Rio Claro, São José do Rio Preto e Botucatu) e um professor da Engenharia da FEIS são convidados a dar contribuições para a construção da proposta. Dessa forma, percebemos que a proposta foi influenciada por diferentes visões e que, mesmo com a criação do Curso, os professores do Departamento de Matemática ainda não haviam estabelecido linhas de pesquisa. Os dados também apontam que, na época, muitos docentes estavam cursando o doutorado, o que pode ter dificultado a participação e contribuição nas discussões para a criação do Curso.

Com o passar do tempo, a maior parte dos docentes obtiveram o doutorado. Entretanto, considerando que Ilha Solteira é uma cidade afastada de grandes centros e que fica a 596 km da capital São Paulo, muitos docentes se doutoraram em Engenharia Elétrica na FEIS de Ilha Solteira. Esse aspecto talvez também tenha contribuído para que os professores do Departamento não se organizassem em grupos de pesquisa e, em consequência, tivessem uma menor produtividade em pesquisa em comparação com os Departamentos de Engenharia, que, nesse momento, já ofereciam cursos de Pós-Graduação em nível de Mestrado e Doutorado.

É notória a predominância de aspectos epistemológicos associados a ciência matemática em detrimento de aspectos associados a didática específica e geral, uma vez que o curso é de formação de professores. Tal fato também está associado a formação dos docentes envolvidos, provavelmente com forte formação específica em bacharelado em Matemática.

Ao analisarmos os Projetos Políticos Pedagógicos e estruturas curriculares, notamos que, na primeira grade, o curso tinha um perfil com mais aderência a um curso de bacharelado. Como relatou o Professor Luis Antonio Fernandes de Oliveira, a ideia era a de desenvolver um curso que seria uma “licenciatura forte”. Convém ressaltar que, na criação do Curso, não havia no Departamento ou na FEIS docentes da área de Educação ou Educação Matemática. De fato, na ocasião da implantação dos Cursos de Licenciatura em Matemática, Licenciatura em Física e Licenciatura em Biologia, não havia docentes para ministrar as disciplinas de Didática, Estrutura e

Funcionamento do Ensino Fundamental e Médio e Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem. O CEPE (Conselho de Pesquisa, Ensino e Extensão Universitária) da UNESP aprovou a contratação de três docentes, uma para cada Departamento e essas contratações somente foram efetivadas em 2006.

Entretanto, com o passar do tempo, o curso, prioritariamente em razão das exigências da legislação vigente, foi mudando seu perfil para um curso voltado, de forma mais efetiva, para a formação do professor. Com as mudanças que ocorreram, o curso foi ganhando uma identidade própria, pois é possível perceber que as reestruturações curriculares levaram em conta as demandas dos alunos, a experiência adquirida pelo corpo docente na formação de professores. Além disso, a carga horária dedicada à formação didático-pedagógica cresceu de forma considerável.

O Curso de Licenciatura em Matemática, em seus dezenove anos de existência, tem contribuído de forma importante para a formação de professores. Em 2019, o curso tem a formatura da sua décima quinta turma, totalizando assim 192 alunos formados (Anexo 2). Para além de um corpo docente diverso, os professores têm desenvolvido diversos projetos de formação inicial e continuada de professores e realizaram duas edições de um curso de especialização.

Apontamos para um próximo estudo, a possibilidade de análise da próxima geração de professores, ou seja, docentes contratados a partir de 2003. Além disso, conforme relatado pela Professora Lilian Yuli Isoda, em 2019, o Curso estava passando por um novo processo de reestruturação para atender a Resolução CNE/CP nº 02/2015 e, em 2019, com a publicação da Resolução CNE/CP nº 02/2019, novas mudanças serão necessárias. Certamente, esses dados podem trazer importantes reflexões que permitirão compreendermos de forma abrangente as características do processo de formação desenvolvido pelo Curso de Licenciatura em Matemática da UNESP de Ilha Solteira.

## **5.2 Em síntese**

A análise dos dados reunidos por esta pesquisa nos permite apontar alguns aspectos para a discussão sobre a criação do curso de Licenciatura em Matemática da Universidade Paulista “Júlio de Mesquita Filho” e sobre o modo como essa discussão articula-se a uma temática mais ampla, referente às matrizes curriculares desse curso, seus Projetos Políticos Pedagógicos e o percurso até a criação desse

curso.

Ao acompanhar o processo de evolução (ou retrocesso, em vários momentos) da educação do nosso país, é possível encontrarmos reflexos do contexto político e social presentes nas universidades do Brasil e, em especial, na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

O cimento da educação nacional, perante as visões levantadas no texto, é, em sua maioria, provido de interesses políticos partidários influenciados pela Igreja Católica, cujo objetivo era alavancar as escolas privadas que a pertenciam, gerando assim, uma educação excludente e elitista, verticalizando as desigualdades brasileiras.

As relações gerais entre o Congresso Nacional, a política e a educação ficam evidentes ao observarmos os caminhos trilhados até a promulgação da lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), o nosso maior documento relativo ao campo educacional, que define e regulariza a organização da educação brasileira, pautada em princípios presentes na Constituição Federal. Tais caminhos tiveram como protagonistas uma restrita e determinada parcela da sociedade, a elite. Saviani (1988) denomina essa situação como uma “democracia restrita”.

A lei de Diretrizes e Bases da Educação, que teve em sua construção uma democracia restrita e uma dicotomia de pensamentos e interesses, tem influência direta nas mudanças propostas para os cursos de graduação do país, em especial, ao tratarmos os cursos de formação de professores.

Ao tratarmos, no Capítulo II, exclusivamente da UNESP, é notável que a “universidade do interior paulista”, como é conhecida, foi gerada a partir da integralização dos Institutos Isolados de Ensino Superior do Estado de São Paulo, cujo surgimento ocorreu de forma desordenada e sem planejamento e, novamente, por propensões políticas.

Em relação à Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira (FEIS), que atualmente possui cursos que não estão ligados à engenharia, considerando o foco da pesquisa, ou seja, a criação do curso de Licenciatura em Matemática, direciona-se a atenção à estrutura departamental e suas mudanças no decorrer dos últimos 40 anos, lembrando que a FEIS foi criada em 1976. Em especial, a criação do Departamento de Ciências e ao seu desmembramento em dois novos departamentos, o Departamento de Física e Química e o Departamento de Matemática.

Percebemos que há algumas contradições entre as informações que são apresentadas no Capítulo III, que trazem a história das estruturas departamentais perante os dados obtidos por meio dos documentos consultados da UNESP e os dados do Capítulo VI, que apresentam as respostas aos questionários que foram enviados aos professores que trabalharam e que trabalham na UNESP – Câmpus de Ilha Solteira. Há controvérsias sobre os motivos para o desmembramento do Departamento de Ciências, todavia é esse desmembramento que gera o departamento responsável pela criação do curso de Licenciatura em Matemática da UNESP – Câmpus de Ilha Solteira.

A criação do curso de Licenciatura em Matemática da FEIS teve como protagonista um grupo de professores do Departamento de Matemática. Havia uma Comissão responsável pela implantação do curso, cujo presidente era o Professor Doutor João Toledo da Silva. O curso (considerando aqui como “curso” toda sua história de criação), desde suas propostas de criação, passou por readequações seja na matriz curricular, na quantidade de créditos que o curso oferecia ou no Projeto Político Pedagógico, em virtude da necessidade do cumprimento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira cuja história foi relatada brevemente nesta pesquisa.

Além do cumprimento da LDB, das Resoluções e Diretrizes do Conselho Nacional de Educação, das orientações e do Estatuto da UNESP, citamos também a influência dos professores envolvidos no desenvolvimento da matriz curricular (e das ementas das disciplinas) e do Projeto Político Pedagógico, professores que, em sua maioria, eram mestre e/ou doutores em áreas que não diziam respeito à área da Educação. Para exemplificar, ressalto uma colocação do Professor Ernandes ao responder o questionário. Segundo ele, os docentes eram divididos em dois grupos: o que queria licenciatura e o outro a favor do bacharelado.

Enfatizo o último Projeto Político Pedagógico estudado nesta dissertação, o PPP de 2014, em que as mudanças são significativas e positivas para a formação dos alunos. Dois fatores principais são o fato do regime de matrícula do curso tornar-se semestral e, em especial, 30% da carga do curso, isto é, 855 horas serem destinadas a formação didático-pedagógica, já que, ao analisar as estruturas curriculares anteriores, foi possível constatar uma carência em disciplinas voltadas para a didática e a pedagogia.

Considero que o curso em seus 19 anos de história faz jus aos motivos

enumerados em sua primeira proposta de criação, evidencio três deles:

1. resgatar uma dívida social com a juventude que deseja estudar e, ao mesmo tempo, é obrigada a trabalhar para se sustentar, só podendo estudar no período noturno;
2. contribuir para que o Câmpus de Ilha Solteira intensifique sua ação como pólo disseminador de ciência e tecnologia na região e dar uma identidade ao Departamento de Matemática, aprimorando o trabalho voltado à educação;
3. suprir a carência de professores bem formados para lecionar em escolas de 1º e 2º graus.

Finalmente, analisando todo o percurso do curso de Licenciatura em Matemática da UNESP – Ilha Solteira, ressalto que a educação, de ponta a ponta, está impregnada pelo aspecto político.

## REFERÊNCIAS

ALVES, R. **Filosofia da ciência**: introdução ao jogo e suas regras. São Paulo: Brasiliense, 1981.

ANDRÉ, M. E. D. A. **Estudo de caso**: seu potencial na educação. Cadernos de Pesquisa no. 49, São Paulo, 1984.

ARANHA, M. L. A. **História da educação**. São Paulo: Moderna, 2002.

SÃO PAULO (Estado). Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. **Decreto nº 51.319, de 27 de janeiro de 1969**. São Paulo, 1969.

SÃO PAULO (Estado). Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. **Lei nº 952, de 31 de janeiro de 1976**. São Paulo, 1976.

BRASIL. **Decreto nº 19.850, de 11 de abril de 1931**. Brasília, DF, 1931a.

BRASIL. **Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931**. Brasília, DF, 1931b.

BRASIL. **Decreto nº 19.852, de 11 de abril de 1931**. Brasília, DF, 1931c.

BRASIL. **Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931**. Brasília, DF, 1931d.

BRASIL. **Decreto nº 20.158, de 30 de junho de 1931**. Brasília, DF, 1931e.

BRASIL. **Decreto nº 21.241, de 14 de abril de 1932**. Brasília, DF, 1931f.

BRASIL. **Decreto nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Brasília, DF, 1931g.

BRASIL. Ministério da Educação. **Apresentação**. Brasília, DF, 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/institucional/historia>. Acesso em: 8 jan. 2019.

CORRÊA, A. M. M. Institutos Isolados de Ensino Superior do Estado de São Paulo: memória da criação das escolas que vieram a integrar a UNESP. *In*: CORRÊA, A. M. M. (org.) **UNESP 30 anos**: memória e perspectivas. São Paulo: Editora da UNESP, 2006.

NASCIMENTO, T. R. A criação das licenciaturas curtas no Brasil. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 45, p. 340 -346, 2012. Disponível em: [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/45/doc01\\_45.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/45/doc01_45.pdf). Acesso em: 10 jan. 2019.

PIMENTEL, A. O Método da Análise Documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 114, p. 179-195, nov. 2001.

RIBEIRO, M. L. **História da Educação Brasileira**: a organização escolar. Campinas: Autores Associados, 2003.

ROMANELLI, O. **História da educação no Brasil 1930-73**. Petrópolis: Vozes, 1978.

SÃO PAULO. **Constituição do Estado de São Paulo**. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/constituicao/1989/compilacao-constituicao-0-05.10.1989.html>. São Paulo, 1989.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas históricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2009.

SAVIANI, D. **Educação brasileira: estrutura e sistema**. São Paulo: Saraiva, 1973.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2012.

SAVIANI, D. **Política e educação no Brasil: o papel do Congresso Nacional na legislação do ensino**. São Paulo: Autores Associados, 1988.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA – UNESP. **Unesp 40 anos**. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA – UNESP. **Apresentação**. Disponível em: <http://www.unesp.br/apresentacao/historico.php>. Acesso em: 03 fev. 2019.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA – UNESP. Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira. **Histórico completo**. Ilha Solteira, 2019. Disponível em: <https://www.feis.unesp.br/Home/Instituicao/historico-da-fe-marco-2019.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2019.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA – UNESP. Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em Matemática**. Ilha Solteira, 2019. Disponível em: <https://www.feis.unesp.br/Home/DTA/STG/cursos/matematica/ProjetoPedagogico-matematica-site.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2019

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA – UNESP. Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira. **Proposta de Criação do Curso de Licenciatura Plena em Matemática**: volume I. Ilha Solteira, 1998.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA – UNESP. Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira. **Proposta de Criação do Curso de Licenciatura Plena em Matemática**: volume II. Ilha Solteira, 2000.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA – UNESP. Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira. **Proposta de Desmembramento do Departamento de Ciências**: volume I. Ilha Solteira, 1992.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA – UNESP. Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira. **Proposta de Desmembramento do Departamento de Ciências**: volume II. Ilha Solteira, 1994.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA – UNESP. Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira. **Proposta de Implantação do Departamento de Ciências**. Ilha Solteira, 1983.

## ANEXO A – MODELO DO QUESTIONÁRIO

### Parte I – Dados Pessoais e Acadêmicos

Nome:

Data de Nascimento:

Cidade de Nascimento:

Cidade onde cresceu:

Curso de Graduação:

Local:

Curso de Pós-Graduação:

Local:

### Parte II – História Profissional

1. Em que anos cursou o ensino básico - ensino fundamental e o ensino médio? Como foi essa formação - metodologias de ensino, avaliações, relação com os professores, relação com os outros alunos, a estrutura da escola e outros aspectos que queira destacar? Algum aspecto do ensino básico teve influência na escolha do curso de graduação?
2. O que influenciou na escolha do seu Curso de Graduação e de Pós-Graduação?
3. Como se deu o seu ingresso como docente da UNESP – Câmpus de Ilha Solteira? Em qual período trabalhou na Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira?
4. Na época do seu ingresso, como era a estrutura departamental no Câmpus de Ilha Solteira? Quais as mudanças que você presenciou nessa estrutura departamental? Como foram efetuadas essas mudanças?
5. O curso de licenciatura em Matemática é recente, tendo iniciado suas atividades em 2002. De onde surgiram as iniciativas para a criação desse Curso? Qual a influência do Departamento de Matemática para a criação do Curso?
6. Você participou ou presenciou a criação do Projeto Político Pedagógico do Curso?

7. Caso tenha participado, como foi o processo de elaboração do Projeto Político Pedagógico e da matriz curricular do curso de Licenciatura em Matemática da Faculdade Engenharia de Ilha Solteira? Como foi o processo de discussão sobre as disciplinas específicas e as disciplinas didático-pedagógicas que foram incluídas na matriz curricular?

**ANEXO B - LISTA DE FORMANDOS(AS) EM LICENCIATURA EM MATEMÁTICA  
PELA UNESP - CÂMPUS DE ILHA SOLTEIRA**

<b>Nome do Formando(a)</b>	<b>Data da Colação de Grau</b>
Alexandre Da Silva Bairrada Darcio Dos Santos Silva Elton Gean Araujo Iguer Luis Domini Dos Santos Isamara Olivatto Ismael Da Silva Pena Pedro Toniol Cardin Tássia Ferreira Tártaro Thiago Rincão	12/01/2006
Alessandro Moretti Cássio Dessotti Elaine Martins Da Silva Gisele De Carvalho Apolinário Santos Graziela Fincatti Da Silva Ivanoel Ludovino Junior João Francisco Medina Araujo Josmar Garcia Da Silva Liliani Aparecida Valieri Apolinario Luciane Lopes Aleixo Luiz Fernando Martins Manoel Rodrigo Moreira Marcio José Ferreira Marcos Vinícius Dos Santos Paula Fabiana Gambaro Silva Reginaldo De Oliveira Reinaldes Régis Leandro Braguim Stable Vitor Moretto Fernandes Da Silva	22/12/2006
Dijiani Ludovino Guanais Diógenes Ferreira Filho Elen Viviani Pereira Da Silva Eliane Maria Da Silva Geraldo Gonçalves Costa Gustavo Jorge Pereira Liard Rogerio Silva Nascimento Meire Ellen Gonzales Martins De Souza Rafael Antonio Rossato Raiane Piacente Alves Robson Piacente Alves Silvia Mara Lima Da Silva Solange De Almeida Diniz	21/12/2007
Adriana Matheus Da Costa Andréia Aparecida Vieira	19/12/2008

<p>Antonio Torrogrosa Junior  Bruno Dias Amaro  Carlos Renato Medeiros  Daniele Farias Moura  Everton Luiz De Oliveira  Felipe Delfini Caetano Fidalgo  Henrique Do Nascimento Silva  João Francisco Martins Neto  Lucas Santana Da Cunha  Solange Martins Lopes  Thalita Kelen Leal Do Prado  Tiago Mendonça Da Costa</p>	
<p>Vania Batista Schunck Flose</p>	<p>09/02/2009</p>
<p>Alessandra Geralde  Amanda Brazzolin Seco  Ana Alice Nogueira Do Nascimento  Anieli Regina Gatti  Daniela Jardim Rossi  Divane Aparecida De Moraes Dantas  Douglas Silva Maioli  Eduardo De Souza  Fernando Lourenço  João Vítor Teodoro  Larissa Marques Sartori  Lilian Ferreira Berti  Luiz Fernando De Souza Freitas  Máira Peres Alves  Maria Flávia Fuschini  Renato Ferreira De Souza  Ronaldo Celso De Souza Assunção  Sanderson Manoel Da Conceição  Thiago Fernando Ferreira  Ulcilea Alves Severino  Vanessa Franco Neto  Wilton Rodrigues De Souza</p>	<p>08/01/2010</p>
<p>Camila Aversa Martins  Edcarlos Lopes Ferreira Dos Santos  Érica Tatiane Almeida Ribeiro  Felipe Garcia Pimenta  Fernanda Da Silva Santos  Guemael Rinaldi Lattanzi  Gustavo Carvalho Molina  Jose Hernandes Marangoni Correa  Joseane Gregório Gomes  Josiane De Carvalho Rezende  Juliana Roberta Junqueira  Robson Alexandrino Trevizan Santos  Silvio Renato De Carvalho</p>	<p>17/12/2010</p>

Sílvio Riva Junior Tatiane Patricia Valotto Sacco	
Camila Mayra Barbosa Pereira Felipe dos Santos Sousa Fernanda Alves Ozório Fernando Gomes de Andrade Flavio Lima de Souza Marcel Alves Dourado Patricia Peres Araripe Tiago Henrique Pereira da Silva William da Silva Pedretti	17/12/2011
Camila Xavier de Oliveira Aline Jardim Amorim Thiago Rogerio Nicolette Douglas Vinicius Rosato Costa	25/07/2012
Aldine Bombonati Gonçalves Aline Cristina Jacomassi Cristina Coutinho de Oliveira Janaina Pedroso Zanchetta Jéssica Scavazini Resende João Francisco Silva	24/01/2013
Layene Lucio Lombam	30/01/2013
Aline Gomes Motta de Oliveira Silva Ana Rita Domingues André Rubens Lima Conrado Rodrigues Silva Larissa Romazzini de Araujo Lucas Leonardo Silveira Costa Luiz Ferreira Neto Melka Carolina Faria Catelan Neuterlandio Danilo da Silva Paulo Henrique Pereira de Souza Paulo Maciel Camargo Renan Teixeira Carvalho Renato Sagiorato Corral Sibeli Aparecida de Souza Cruz Silmara Cristina Manoel Tamíres de Almeida Barbosa Thays Regina Santana Couto Tulio Sousa Cardoso	10/01/2014
Adriana Matsuura de Oliveira	21/02/2014
Celso Toshio Takahashi Cleiton Machado de Queiroz Eduardo Moreira Bezerra Felipe Alves Rubio Gabriel Antônio da Silva Inácio Joél Faria Junior Lilian Esquinelato da Silva Rafael de Oliveira Lima	08/05/2015

Saulo Portes dos Reis Vinicius Arthur dos Santos Guissi Vivian Aparecida Brancaglioni	
Ana Maria Rufino Caroline Madureiro Silva Daniela Zanardo Rossetto Fabrício Rissão Mattos Geison Fernando Medeiros Queiroz Ingrid Leticia Aparecida Vicente Ito Nayana da Silva Viana Nayara Aparecida Leite Polizeli Sergio do Nascimento Senna	28/04/2016
Nathalia Mantovanelli Bevilaqua	18/08/2016
Eduardo Cortez Guimarães Luan Vinicio de Mattos Ferreira Silva Paula Araujo de Souza Welinton Yoshio Hirai	20/01/2017
Thaís Paschoal Postingue Bruna Pardim Alves Carla Marilla Caldeirani Lino Edilaine dos Santos Duran Karina Aparecida da Silva Lucas Feitosa da Silva Lucas Ragiotto Paula Cristina Constantino Santos Robson Rodrigues da Silva Suellen Moura de Paiva Thaís Yeda Freitas Marciano	09/03/2017
Alissan Sarturato Firão	31/07/2017
Beatriz Garcia Lopes Douglas Matheus Gavioli Dias Fabricia Mara Tonon Gabriel Ferreira da Silva Livea Cichito Esteves Luiz Antonio Silva Custódio Natália da Silva Pascoal Renata Fenelon Palomo Vinicius Affonso	25/01/2018
Lucas Vinicius Limas da Costa	04/05/2018
Amanda Cantele Maffei Nara Tereza Benevenuto de Amorim	03/08/2018
Natasha Hayume de Santana Nakamura	17/12/2018
Bêlit Aguiar Bacelar Caren Louize Brancaglioni	01/02/2019
Andrew Felipe Silvério Souza Bruna Neves Machado José Henrique Dias Kepler Simões de Souza Mateus Kanomata Marsolla	13/02/2020

Monica Bento de Souza Lyra Natalia Torres Colombo Vinicius Cabral da Silva Vinicius Rabetti dos Santos	
---	--